RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2017

CBPF

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 4
2 VISÃO GERAL 9
2.1 Finalidade e competências 9
2.2 Organograma 9
2.3 Macroprocessos finalísticos 10
2.4 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade. 11
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS 12
3.1 Planejamento organizacional 12
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício 13
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico 13
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos 13
3.2 Desempenho orçamentário 13
3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade 13
3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário 17
3.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento 17
3.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores 17
3.2.5 Execução descentralizada com transferência de recursos 19
3.2.6 Apresentação e análise de indicadores de desempenho 21
3.2.7 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos 22
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS 22
4.1 Descrição das estruturas de governança 22
4.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos 24
4.3 Gestão de riscos e controles internos 24
5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 25
5.1 Gestão de pessoas 25
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade 25
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal 26
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal 26
5.1.4 Providências adotadas para substituição de terceirizados 26
5.1.5 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários 27
5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura 27
5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União 27
5.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros 27
5.2.3 Ocorrência de atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da união na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não 28
5.3 Gestão da tecnologia da informação 28
5.3.1 Principais sistemas de informações 28
6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 28
6.1 Canais de acesso do cidadão 28
6.2 Carta de Serviços ao Cidadão 28

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários 28
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade 29
7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 29
7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos 29
7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade 30
7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas 30
8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE 38
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU 38
8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno 39
8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário 39
8.4 Demonstração de conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 39
8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento 39
8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda 40
9 Outros itens de informação 40
9.1 ROL DE RESPONSÁVEIS 40
9.2 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE 47
9.2.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal 47
9.3 Declaração de integridade e completude nos registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões 47
9.4 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas 48
9.5 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento 48
9.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI 49
9.7 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial 49

1 APRESENTAÇÃO

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) apresenta seu Relatório de Gestão ao Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao exercício de 2017. Este documento obedece a determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) através dos seguintes instrumentos:

- Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (com alterações da IN TCU nº 72/2013)
- Decisões Normativas TCU nº 161 e 163/2017
- Portaria TCU nº 59/2017

A estrutura adotada obedece ao Anexo Único da Portaria TCU nº 65/2018.

Nos Relatórios de Gestão sobre exercícios anteriores, esta UPC sempre apontava, na seção de "Apresentação", itens que, embora previstos de maneira geral a todas as UPCs pelo TCU, não se aplicavam especificamente a seu caso. Contudo, desta vez o TCU inovou e definiu expressamente os itens que espera ver informados a cada UPC[1]. Sendo assim, dispensada a necessidade de ressalvas, passaremos ao desenvolvimento dos conteúdos requeridos imediatamente após revelar os fatos da UPC que se destacaram no ano de 2017.

DESTAQUES DE 2017

Realizações 2017

O CBPF obteve resultados significativos em 2017 tanto em suas atividades científicas, quanto nas vinculadas à organização e gerenciamento de ações de impacto para a comunidade científica, apesar de todas as adversidades enfrentadas devido à crise econômica e política no país.

Convém destacar algumas ações em defesa dos institutos de pesquisa, e da ciência brasileira, desenvolvidas pela instituição. Diversas matérias sobre o risco que representam para o desenvolvimento do país os cortes de verbas para a pesquisa científica foram veiculadas em seu portal; o cartaz-campanha 'Meia Noite da ciência no Brasil' alertou para o risco de sucateamento de equipamentos do CBPF, avaliados em R$ 60 milhões – e usados por outras instituições de pesquisa –, bem como para o desperdício de 20 anos de trabalho de pesquisadores e tecnologistas cuja formação altamente qualificada teve investimento estratégico do Estado.

Em outra ação em defesa da ciência brasileira, foi lançado o manifesto dos institutos de pesquisa 'Os 70 anos do méson pi e os institutos de pesquisas do Brasil'. O texto - elaborado pelos institutos de pesquisa do MCTIC - que alertava para os danos irrecuperáveis a instituições estratégicas causados pelos cortes no orçamento, e o consequente alijamento do Estado brasileiro de instrumentos essenciais para qualquer movimento de recuperação de economia do país, foi lido na abertura dos trabalhos do 'Seminário da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação', ocorrido na Câmara dos Deputados em Brasília em julho de 2017. Todas essas ações contaram com forte adesão nas mídias sociais do CBPF e grande repercussão na mídia regular.

Pesquisa, Desenvolvimento e Formação Científica

Em 2017 foram publicados 368 artigos científicos em periódicos de grande impacto científico e auditados internacionalmente. Este resultado é um recorde na última década.

Entre os destaques na área de publicações de 2017 estão os artigos "Multi-messenger Observations of a Binary Neutron Star Merger', publicado no *The Astrophysical Journal Letters* e 'Observation of a Large-scale Anisotropy in the Arrival Directions of Cosmic Rays above 8×10^{18} eV', publicado na *Science*, ambos com autoria da Colaboração Pierre Auger, destinada à pesquisa de raios cósmicos ultraenergéticos. O primeiro artigo é o resultado da cooperação de vários experimentos, envolvendo colaborações internacionais, que se uniram para solucionar um dos enigmas da astrofísica. O artigo publicado na *Science* mostra, com base em dados colhidos por mais de uma década (2004-2016), que os raios cósmicos acima de certo patamar de energia vêm de fora da Via Láctea, de galáxias 'distantes'. Essa conclusão é extremamente importante para entender não só a origem dessas ainda misteriosas partículas, mas também – e tão importante quanto – os mecanismos cósmicos capazes de imprimir tamanha energia a essas diminutas

[1] Conforme o sítio eletrônico https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1474:2:107165991176929::NO:RP,2:P2_COD_CLIENTELA,P2_PAGINA_DESTINO:3000174,1. Acesso em 08 de fevereiro de 2017.

entidades subatômicas. Esse artigo integra a lista divulgada pelo IOP (Institut of Physics)[2] dos dez artigos mais relevantes em física de 2017. O CBPF é um dos integrantes da colaboração, e parte significativa dos equipamentos do Observatório Pierre Auger foi produzida no Brasil.

Na área de Física Teórica, o artigo 'Representation of superoperators in double phase spac*e'* de Alfredo M. Ozorio de Almeida et al. foi selecionado para ser incluído na coletânea de destaques do *Journal of Physics* A: *Mathematical and Theoretical* (JPA), um dos mais tradicionais periódicos da área.

Merece destaque também, ainda na área da Teoria, o lançamento do livro *Quantum scaling in many-body systems – an approach to quantum phase transitions*, de Mucio Amado Continentino, pesquisador do CBPF, pela prestigiosa editora britânica Cambridge University Press (CUP).

Na área de Física de Materiais, destaque-se o artigo *Shape 'Tailored Magnetic Nanorings for Intracellular Hyperthermia Cancer Therapy'* na *Scientific Reports*. De autoria do pesquisador do CBPF Flávio Garcia et al., o artigo aborda o uso de nanomateriais magnéticos e hipertemia como terapia para o câncer.

Formação Científica

Em 2017 foram defendidas 16 teses de doutorado e 15 dissertações de mestrado - cinco no Mestrado Profissional em Física com Ênfase em Instrumentação Científica - no Programa de Pós-Graduação do CBPF. As pesquisas envolvidas nestas teses e dissertações resultaram em 31 trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

Os resultados alcançados pelo Programa de Pós-graduação do CBPF foram ratificados pela nota sete – pontuação máxima – conferida ao Programa na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) referente ao período 2013-2016. A nota máxima, pela quarta vez consecutiva, é reflexo do alto grau de qualificação e da excelência de seus corpos docente, discente e técnico, bem como da excelente infraestrutura para pesquisa de que dispõe a instituição.

Ainda no âmbito da formação de pessoal altamente especializado, o CBPF recebeu, no ano de 2017, 65 pós-docs que realizaram estágios de pós-doutoramento vinculados às diversas áreas de pesquisa da instituição. Desses, 19 contaram com o apoio do Programa de Capacitação Institucional (PCI).

Inovação & Parcerias com Empresas

O CBPF tem como foco a pesquisa básica, no entanto, tem ampliado sua parceria com empresas. Em 2017 estiveram em curso 5 projetos com a Petrobras. Como resultado dessa parceria, foi submetido ao INPI um pedido de patente (Cf. detalhamento do Indicador PcDT).

Outra ação na área da inovação foi a oferta, pelo Núcleo de Inovação Tecnológica do Rio de Janeiro (NIT-Rio), com sede no CBPF, do primeiro curso na área de inovação para jovens cientistas. O objetivo do curso foi ajudar a levar os resultados da pesquisa científica da bancada dos laboratórios para a indústria e o mercado. O curso superou as expectativas: dois alunos foram selecionados para participar do primeiro *Hacking Health* realizado no Rio de Janeiro, um projeto canadense que promove maratonas de desenvolvimento de inovações tecnológicas para a área da saúde. Os dois estão trabalhando visando à materialização de seus projetos em produtos a serem levados ao mercado já em 2018.

A colaboração com empresas também tem se traduzido no apoio à realização de eventos de difusão do conhecimento e formação. A 3ª Escola Avançada de Física Experimental – EAFExp, programada para as duas últimas semanas de janeiro de 2018, contará com o apoio das empresas *Quantum Design*, *JEOL, Raith e GlobalMag.* Tais empresas são fabricantes de equipamentos sofisticados, voltados para medição, caracterização ou fabricação de amostras de novos materiais.

Outros dois exemplos dessa parceria academia-empresa foi a realização, no CBPF, do '1º Simpósio de Engenharia Tecidual'. Ocorrido em maio, o simpósio reuniu representantes da indústria, dos institutos de pesquisa e de órgãos governamentais. Este encontro contou com a participação da multinacional francesa L'Oreal. A empresa investiu

[2] O Instituto de Física (em inglês: ***Institute of Physics*** - IOP) é uma instituição destinada a promover o avanço da educação e da pesquisa em física, apoiando também a intereção da ciênca com a indústria. Com sede no Reino Unido e Irlanda, foi fundada em 1874 como *Physical Society of London* e conta com mais de 50 mil associados. A editora da IOP, IOP Publishing, publica mais de 70 revistas e revistas acadêmicas.

cerca de R$ 120 milhões na criação do Centro de Pesquisa e Inovação da L'Oréal, na ilha de Bom Jesus, no Rio de Janeiro, ao lado da ilha do Fundão.

O segundo exemplo foi a realização no CBPF, pelo segundo ano consecutivo, da '*Rio November Oil and Gas Conference 2017',* promovida pela Câmara de Comércio Brasil-Noruega. A conferência discutiu a colaboração entre a Noruega e o Brasil em temas relacionados à pesquisa e ao desenvolvimento, associados à inovação na indústria de gás e petróleo. Também foram debatidas questões ligadas à nanotecnologia; monitoramento ambiental e mitigação de riscos; educação e pesquisa, tópicos de extrema relevância econômica para a atualidade dos dois países.

Conferências e Escolas

Apesar do contingenciamento orçamentário, o CBPF foi também palco de escolas, simpósios, colóquios, oficinas e conferências com participação de mais de 1000 cientistas ativos e estudantes. Nesses encontros foram debatidos temas de grande relevância científica e, consequentemente, para o desenvolvimento nacional.

De 6 a 17 de fevereiro de 2017 ocorreu a 2ª Escola Avançada de Física Experimental – EAFExp. A Escola, que tem como público-alvo estudantes de pós-graduação e em final de graduação de todo o Brasil e da América do Sul, visa permitir uma imersão no dia a dia das atividades experimentais nos laboratórios do CBPF.

Entre 15 e 19 de maio foi realizado, no CBPF, em parceria com o Museu do Amanhã, o 'Encontro Geral do Consórcio CTA'. O evento é a principal reunião anual do projeto, destinado à construção do maior observatório de raios gama de altas energias. Quando concluído, entre 2020-2022, deverá se tornar o principal experimento de astropartículas em atividade no mundo. O CTA (sigla, em inglês, para Rede de Telescópios Cherenkov) é um consórcio de 32 países e mais de 1 mil pesquisadores e engenheiros, provenientes de uma centena de instituições. Será formado por duas redes (Ilhas Canárias e Andes), com um total de mais de 100 telescópios, a um custo da ordem de 300 milhões de euros (cerca de R$ 1 bilhão).

Em julho ocorreram dois eventos já tradicionais na agenda da pesquisa em Física: a XI Escola do CBPF e a 16ª edição da *Brazilian School of Cosmology and Gravitation* (BSCG).

A 16ª edição da BSCG ocorreu de 10 a 21 de julho. Com periodicidade média de dois anos, a BSCG – criada em 1978, como Escola Brasileira de Cosmologia e Gravitação – organiza cursos intensivos e avançados de formação e atualização de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Também participam do evento, como expositores, cientistas de vários países. Os cursos, as escolas e os seminários realizados pela BSCG são reconhecidos, pela comunidade científica internacional, como eventos de excelência e instrumentos fundamentais no treinamento especializado em nível de doutorado e pós-doutorado de jovens pesquisadores – especialmente, brasileiros e latino-americanos.

A já tradicional 'Escola do CBPF' recebeu este ano número recorde de inscrições: foram 640 inscritos e 451 participantes confirmados. A grande procura reflete o reconhecimento da qualidade da formação oferecida pela instituição em sua escola, que está em sua 11ª edição. A programação é dividida em módulos: para a graduação foram ofertados 15 cursos; para os pós-graduandos, nove cursos, e professores de Ensino Médio tiveram uma semana inteira de atividades em período integral, abordando temas da física moderna e questões na fronteira da pesquisa.

A Escola também contou com o módulo 'Física para Todos', que ofereceu palestras sobre diversos temas da física para o público não especializado.

Em agosto, ocorreu a '*VI Quantum Information School and Worksho*p' (6ª edição da Escola e Oficina de Informação Quântica). O evento, com organização do CBPF, acontece em Paraty (RJ) e se tornou tradição para a comunidade mundial da área. Em 2017, foi comemorado o 10º aniversário de sua primeira edição.

Finalmente, entre 06 e 07 de novembro o CBPF sediou a "*Rio November Conference 2017",* promovida pelo Consulado Geral da Noruega. A cooperação entre a Noruega e o Brasil tem aumentado muito nos últimos 10 anos, especialmente no setor de Óleo e Gás. Ambos os países têm grandes desafios de PD&I, o que é uma oportunidade para unir esforços, reunindo as competências, as tecnologias e industriais de ambos os países. A conferência discutiu a colaboração entre a Noruega e Brasil em temas relacionados à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação na indústria de gás e petróleo, e também foram debatidas questões ligadas à nanotecnologia; monitoramento ambiental e mitigação de riscos; educação e pesquisa, tópicos de extrema relevância econômica para a atualidade dos dois países. O CBPF, além de sediar o evento, apresentou uma palestra na Sessão de *Exploração Relevantes para Geociências*, com o tema de "Petrofísica com RMN de campo alto" e outra palestra na sessão de *Digitalização* com o tema de "Processamento de Imagem, Classificação e Simulação de Propriedades de Rochas em Multiescala".

Programa de Capacitação Institucional

O Programa de Capacitação institucional (PCI), que completou em 2016 vinte anos de existência, apoia projetos de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação realizados nas Unidades de Pesquisa do vinculadas ao ministério. O CBPF integra o programa desde sua implantação. Nesses 20 anos, a instituição contou com 441 bolsas de longa duração e 396 bolsas de especialistas visitantes de curta duração.

Iniciado em outubro de 2015, o projeto institucional 2015-2017, prorrogado até março de 2018, viabilizou a realização de mais de 200 projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. No período de outubro de 2015 a janeiro de 2018 a instituição contou com 125 bolsas da modalidade longa duração (PCI-D & PCI-E), e recebeu 75 visitantes (BEV) para intercâmbio científico.

Em 2017 foram implementadas as primeiras treze bolsas para pós-doutoramento com seleção através de Chamada Pública. A chamada, lançada em dezembro de 2016, recebeu 45 candidatos, de várias partes do mundo, para as 13 vagas nas diversas coordenações do CBPF. Os candidatos foram selecionados através de banca composta por especialistas da área à qual concorreram.

Difusão e Popularização do Conhecimento Científico

O CBPF tem larga tradição na promoção de atividades visando à divulgação científica e a popularização da ciência. Além de participar de eventos oficiais destinados a levar ao público um pouco do dia a dia e dos resultados da pesquisa científica, desenvolve, há dez anos, o programa 'Físico por uma tarde'. O projeto, que já atendeu a cerca de 6 mil estudantes do ensino médio, ganhou em 2017 mais experimentos científicos e novos temas de palestras.

Como parte das ações de divulgação, a instituição firmou um acordo com o jornal *Folha de São Paulo* para a publicação de artigos de divulgação científica escritos por pesquisadores e colaboradores do CBPF em seu caderno de cultura dominical 'Ilustríssima'.

O primeiro texto da parceria foi publicado em junho último e abordou os 70 anos da descoberta da partícula subatômica méson pi pelo físico brasileiro César Lattes (1924-2005), um dos fundadores do CBPF. O segundo, publicado em agosto, falou da busca por novas fontes de raios gama no universo. O terceiro, dedicado aos computadores quânticos, máquinas que poderiam resolver em segundos problemas que levariam até bilhões de anos para o mais potente computador atual – foi capa do caderno na versão impressa e já despontou, também na versão eletrônica, como um dos textos mais populares da 'Ilustríssima' deste ano.

Outra ação na área foi o lançamento, em setembro, do novo portal da instituição. A página tem um formato mais amigável para o internauta e traz novidades na área de jornalismo, assessoria de imprensa e divulgação científica. Entre elas destaque-se a seção 'Últimas Notícias' com i) reportagens sobre artigos recentes publicados por pesquisadores e tecnologistas do CBPF; ii) entrevistas com cientistas brasileiros ou estrangeiros; iii) reportagens temáticas; iv) textos sobre política científica no Brasil e no mundo; v) encontros e eventos etc.

Perspectivas

Em 2015 e 2016 o CBPF elaborou proposta de seu Plano Diretor para o período 2017-2021. O PDU propõe três projetos estruturantes: Centro de Estudos Avançados; Centro de Inovação para a Ciência; e Centro da Matéria e Nanotecnologia.

O Centro de Estudos Avançados está voltado para a realização de encontros, oficinas de trabalho, escolas e estudos estratégicos, usando a larga experiência do CBPF na organização deste tipo de atividade. O segundo projeto - Centro de Inovação para a Ciência - tem como objetivo coordenar o desenvolvimento de instrumentos científicos e fazer a prospecção das novas tecnologias de relevância para o futuro científico do país, além, do desenvolvimento de técnicas gerenciais para a organização de experimentos científicos de larga escala. O terceiro, o Centro da Matéria e Nanotecnologia, –destina-se à prospecção e desenvolvimento dos temas relevantes em nanotecnologia e à aplicação da física a desafios científicos multidisciplinares, como a criação de materiais biocompatíveis.

Embora, devido às restrições orçamentárias e à crise econômica e política do país, ainda não tenha sido possível implantar integralmente esses centros, seu conceito já norteia diversas das ações do CBPF: a reestruturação institucional, iniciada com seu novo Regimento Interno, publicado no final de 2016, e implementada efetivamente ao

longo de 2017, com a unificação das áreas de Materiais, Nanociências e Aplicações, já constitui o embrião do Centro da Matéria e Nanotecnologia.

A submissão de Termos de Descentralização de Crédito voltados à ampliação da área computacional e a concessão de várias bolsas PCI-D voltadas ao desenvolvimento de projetos de instrumentação para a ciência estão no bojo do Centro de Inovação para a Ciência.

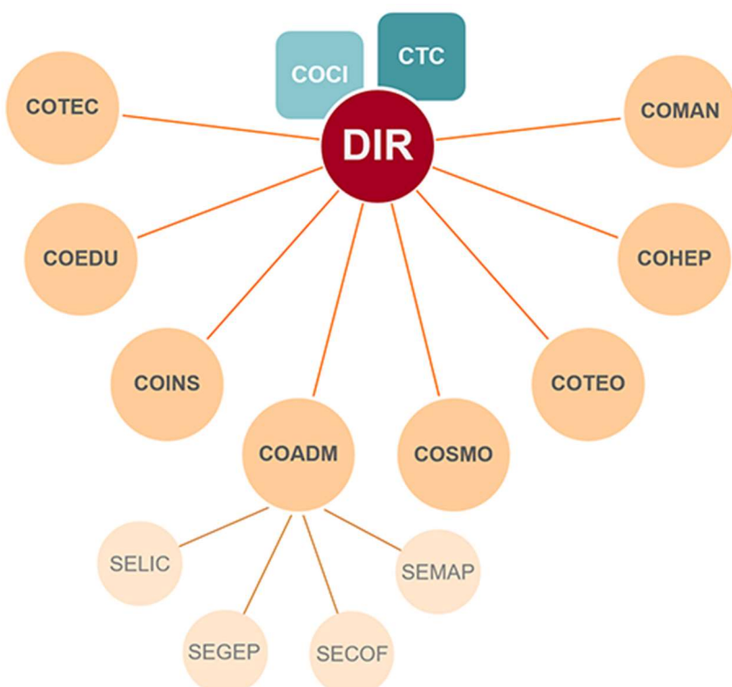
E, finalmente, os diversos encontros científicos e a chamada pública para estágios de pós-doutoramento nas diversas áreas de atuação do CBPF se inserem nas propostas do Centro de Estudos Avançados.

2 VISÃO GERAL

2.1 Finalidade e competências

O CBPF é uma Instituição Científica e Tecnológica – ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005. Tem por finalidade realizar pesquisa básica em Física e competência para desenvolver suas aplicações, atuando como instituto nacional de Física do MCTIC e polo de investigação científica e formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico. Suas competências são: promover e realizar estudos e pesquisas no campo da física e suas aplicações; criar e manter programas de pós-graduação em física e cursos especiais; estabelecer intercâmbio científico; promover a difusão do conhecimento científico, no campo da sua área de atuação; desenvolver, transferir e comercializar produtos e tecnologias gerados pelo CBPF; divulgar e manter um acervo de documentação e biblioteca especializada; e transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis.

2.2 Organograma



O organograma está em conformidade com a Portaria Ministerial nº 5.142, de 14 de novembro de 2016, que aprova o Regimento Interno da UPC.

Unidades e suas competências:

DIR (Diretoria): o CBPF é dirigido por um Diretor, cujo cargo em comissão é nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

CTC (Conselho Técnico-Científico): instituído pela Portaria nº 510, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, de 21/07/2003, é unidade colegiada com a função de orientação e assessoramento ao diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do CBPF.

COCI (Comitê Científico Assessor): criado pela Portaria nº 10, de 24/10/2001, aprovado pelo CTC do CBPF, é um órgão consultivo e suas decisões têm caráter subsidiário para ações da Diretoria, devendo ser submetidas à aprovação do CTC, sempre que necessário.

COTEO (Coordenação de Física Teórica): coordenar e desenvolver pesquisas nos campos da física com ênfase em física estatística e sistemas complexos, física clássica e física quântica, física atômica e moleculares, física de fluidos e plasmas, física da matéria condensada, física matemática e ótica, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física estatística e sistemas complexos, física clássica e física quântica, física atômica e molecular, física de fluidos e plasmas, física da matéria condensada, física matemática e ótica.

COHEP (Coordenação de Física de Altas Energias): coordenar e desenvolver pequisas no campo da física de altas energias, em aceleradores, em raios cósmicos e na física nuclear, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em fisica de altas energias.

COMAN (Coordenação de Materiais, Nanociências e Física Aplicada): coordenar e desenvolver pesquisa no campo da física dos materiais, nanociências, nanotecnologia e de física aplicada, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física dos materiais, nanociência, nanotecnologia e de física aplicada.

COSMO (Coordenação de Cosmologia, Astrofísica e Interações Fundamentais): coordenar e desenvolver pesquisas no campo da astrofísica relativística, cosmologia, e em temas de teorias fundamentais da interação com a matéria e da física nuclear, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em temas da astrofísica relativística, cosmologia, teorias fundamentais da interação com a matéria e da física nuclear.

COINS (Coordenação de Ações Institucionais): coordenar ações da instituição e suas relações junto a instituições nacionais e internacionais; coordenar o acompanhamento e a avaliação dos resultados das atividades institucionais, de acordo com as políticas de estado para as áreas de ciência, tecnologia e inovação; em particular o Plano Diretor e o Termo de Compromisso de Gestão da instituição; coordenar as ações da instituição junto aos órgãos de controle em particular junto ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU; coordenar o Núcleo de Comunicação Social - NCS e promover ações de divulgação e difusão do conhecimento científico; coordenar o Programa de Capacitação Institucional - PCI; coordenar as atividades de inovação, em particular junto ao Arranjo de Núcleos de Inovação Tecnológica das Unidades de Pesquisa - UPs do Ministério no Rio de Janeiro - NIT-Rio; planejar, coordenar e executar pesquisas realizadas no âmbito da preservação da memória documental para a história da física no país; planejar e coordenar as atividades da biblioteca e serviços de informação cientifica e publicações na área de física; e acompanhar o surgimento e implementar novas tecnologias para o tratamento, uso, recuperação e disseminação da informação.

COTEC (Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico): coordenar o desenvolvimento de tecnologias e instrumentos científicos nas áreas de mecânica, eletrônica, criogenia, computação em alinhamento com as demais Coordenações, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; acompanhar a evolução técnica nas áreas de computação, comunicação de dados, criogenia, eletrônica e mecânica e fomentar a geração de tecnologias nestas áreas; coordenar a prestação de serviços de apoio técnico e logísticos especializados nas áreas de computação, comunicação de dados, criogenia, segurança do trabalho, eletrônica e mecânica para os programas institucionais e em projetos dos quais participa; e atuar na formação de recursos humanos em conjunto com a Coordenação de Formação Cientifica e em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

COEDU (Coordenação de Formação Científica): coordenar e acompanhar o funcionamento dos programas de formação cientifica, em particular a Pós-Graduação, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; coordenar outros programas de formação cientifica como a Iniciação e Vocação Científica; e coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação.

COADM (Coordenação de Administração): planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades e serviços relativos às áreas de gestão estratégica de pessoas, logística, infraestrutura e contratos, contabilidade, orçamento e finanças, material e patrimônio e importação, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e coordenar a elaboração de relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos de sua área de atuação.

2.3 Macroprocessos finalísticos

METAS

- Reforçar as áreas de pesquisa tradicionalmente desenvolvidas no CBPF, como Física de Altas Energias, Física Teórica, Cosmologia, Física da Matéria Condensada, Física de Sistemas Biológicos e Biomateriais, Física Aplicada, Física Computacional, Instrumentação Científica, etc, priorizando algumas linhas de pesquisa em que a instituição possa alcançar uma posição de liderança no cenário nacional;
- Estabelecer o CBPF como instituição de referência para a comunidade brasileira de Física, com atuação destacada na promoção de novos desenvolvimentos científicos, na consolidação e operação de grandes colaborações nacionais e internacionais, na especialização e fixação de novos pesquisadores e na implantação de laboratórios multiusuários abertos à comunidade; e
- Desenvolver novas áreas de atuação, tanto na pesquisa científica de fronteira como na tecnológica, incluindo implantação de infraestrutura científica adequada, que sejam relevantes para o desenvolvimento soberano e sustentável da ciência e tecnologia no País.

Cumpre destacar que os serviços e produtos dos respectivos macroprocessos finalísticos dizem respeito à formação de recursos humanos e publicações de novas descobertas/avanços em pesquisas físicas básicas e aplicadas produzidas pela UPC, contribuindo para o desenvolvimento da inovação tecnológica. Clientes imediatos são pesquisadores de física em geral, e, mediatamente, a sociedade brasileira, que recebe as vantagens do patrimônio de conhecimento científico gerado. Não há subunidades na UPC, mas coordenações e serviços, que em conjunto são responsáveis pelos macroprocessos finalísticos apontados. Entretanto, como a atividade-fim é a pesquisa, as coordenações científicas possuem um papel protuberante nesse sentido. Outrossim, reconhece-se que a área de comunicação social, representada pelo Núcleo de Comunicação Social do CBPF, é estratégica para o alcance do fortalecimento da imagem institucional.

PO: 19.571.2021.20UM.0001.0002 - APOIO ÀS REDES E LABORATÓRIOS DE PESQUISA EM FÍSICA DE ALTAS ENERGIAS

METAS

- Promover o avanço científico e tecnológico da investigação das propriedades das partículas e suas interações fundamentais, através da consolidação e ampliação dos programas de pesquisa em física de altas energias.

- Coordenar as atividades de grupos atuantes em Física de Altas Energias e, em particular, as atividades associadas às grandes colaborações internacionais.

No caso específico dessas metas, a coordenação desta unidade prestadora de contas (UPC) responsável é a COHEP/CBPF.

Em razão da dificuldade fiscal que passa o país, a UPC não considerou destaque orçamentário na LOA no exercício de 2017 para as atividades e metas previstas na ação: PO 02, restringindo quase 100% da dotação às despesas com manutenção e pessoal terceirizado.

2.4 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade.

O Decreto presidencial nº 8.877, de 18 de outubro de 2016 (que dispõe sobre a estrutura regimental do MCTIC) estabelece o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) como unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

O Decreto nº 4.724, de 9 de junho de 2003 oficializou a passagem do CBPF da estrutura do CNPq para o MCT, embora a Portaria MCT nº 755, de 03 de dezembro de 2002, já aprovasse um Regimento Interno do CBPF.

O atual Regimento Interno do CBPF foi publicado em 2016 pela Portaria nº 5.142, de 14 de novembro de 2016. Substituiu a Portaria nº 638, de 27 de setembro de 2007 e está disponível no portal da UPC[3].

O CBPF foi fundado em 15 de janeiro de 1949 por um grupo de cientistas brasileiros e de pessoas interessadas no desenvolvimento científico do país, dentre eles Cesar Lattes, José Leite Lopes, e Jaime Tiomno. Sua primeira sede foi em um edifício na Rua Álvaro Alvim, mudando-se dois anos depois para instalações maiores dentro do campus universitário da Praia Vermelha. Foi criado como Sociedade Civil sem fins lucrativos, obtendo recursos para financiar suas atividades através de doações de particulares e de dotações orçamentárias concedidas pela Câmara de

[3] http://portal.cbpf.br/pt-br/estrutura-organizacional

Federal de Deputados, pela Câmara de Vereadores do DF (então no Rio de Janeiro), pela Confederação Nacional da Indústria e também por agências de financiamento à pesquisa e ao ensino superior que foram sendo constituídas ao longo dos anos. Recebeu um auxílio importante da Fundação Ford para recompor o acervo bibliográfico perdido num incêndio ocorrido em 1958. A partir de 1976 (através da Resolução Executiva nº 001-1976) passou a fazer parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como um de seus institutos, passando esse órgão a assumir seu custeio. Passaram pelo CBPF importantes nomes da Física mundial, como Richard Feynman (Nobel de Física de 1965), Léon Rosenfeld (colaborador de Niels Bohr, e criador do termo "lépton"), e Guido Beck (assistente de Werner Heisenberg), dentre outros. A partir dos anos 2000, o CBPF passou a se constituir como órgão direto do então Ministério da Ciência e Tecnologia, não mais, portanto, sob a alçada do CNPq.

O CBPF produz pesquisa, básica e tecnológica, e forma recursos humanos (possui um programa de pós-graduação). Portanto, as entidades que ofertam produtos e serviços similares aos desta unidade prestadora de contas (UPC) são as universidades. Entretanto, a UPC se diferencia substancialmente dos outros institutos de pesquisa em física pelas suas pesquisas de vanguarda, por possuir um parque de laboratórios avançados abertos à comunidade e pela produção científica que é uma das maiores do país. Além disso, a pós-graduação acadêmica, com mais de 50 anos de existência, é avaliada com a nota máxima da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes): 7,0. Mais de uma centena de estudantes de mestrado e doutorado se distribuem entre as diversas áreas experimentais e teóricas do CBPF, e outras centenas de ex-alunos egressos do CBPF estão presentes em várias instituições de ensino e pesquisa em quase todos os estados da União. O CBPF é sede do Labnano (Laboratório de Nanociência e Nanotecnologia), e conta com um dos mais bem equipados parques experimentais do país, com vários laboratórios multiusuários, e abertos à comunidade. O CBPF conta ainda com um Programa de Mestrado Profissional voltado à formação de recursos humanos altamente capacitados para atuar na indústria e em qualquer segmento que necessite de soluções tecnológicas. Este programa já resultou em vários pedidos de Propriedade Intelectual feitos por estudantes e pesquisadores do CBPF. A instituição tem ainda uma forte inserção social através de vários programas que atendem a professores e alunos de escolas públicas, em sua maioria. Anualmente, são mais de 1000 estudantes e professores que visitam o CBPF para assistir palestras, realizar experimentos de física moderna, e conhecer o dia a dia de laboratórios e Grupos de Pesquisa. O Programa de Vocação Científica do CBPF é voltado para o público infanto-juvenil e mantém dezenas de estudantes do Ensino Médio desenvolvendo projetos individuais de pesquisa, sob a orientação de pesquisadores e tecnologistas do CBPF.

Tudo isso caracteriza a UPC como uma instituição “única”, um patrimônio brasileiro com excelência reconhecida pela comunidade acadêmica e pela sociedade. Não obstante, as principais ameaças possíveis se referem à falta de recursos financeiros e humanos que impacta uma gestão mais eficiente, pois, se houver corte de recursos destinados à UPC ou uma tentativa de desestruturar sua organização, o trabalho de excelência científica que desenvolve pode ser perdido ou, pelo menos, prejudicado. Por talvez parecer que a instituição desenvolve atividades semelhantes às das universidades, uma ameaça provável é a eventual visão equivocada sobre a importância, a competência e, principalmente, a singularidade da atuação da UPC no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento organizacional

O planejamento organizacional do CBPF é realizado principalmente por meio dos seguintes instrumentos de gestão: Plano Plurianual (PPA), Orçamento Anual (OA), Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), Plano Diretor da Unidade (PDU) e Termo de Compromisso de Gestão (TCG).

Os documentos que orientam as atividades da instituição, de acordo com metas estabelecidas a cada quinquênio, são o PDU e o TCG. O ano de 2017 foi marcado pela revisão dos trabalhos de elaboração do PDU, realizados em 2016. O documento teve sua vigência alterada para o período 2017-2021 por determinação do MCTIC. Entretanto, o planejamento da UPC foi significativamente afetado pelo contingenciamento de gastos públicos, que envolveu o MCTIC e toda sua estrutura. A fusão entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério das Comunicações (MiniCom), resultando no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), gerou necessidades de reorganização da estrutura administrativa ministerial que se estenderam ao CBPF, culminando com a publicação de um novo Regimento Interno em novembro de 2016. Durante o ano de 2017 foram feitas as alterações para efetivamente colocá-lo em prática. Cumpre destacar que o corte de DAS e Funções Gratificadas, imposto pelo Governo Federal impediu a instituição de reorganizar algumas das áreas conforme planejamento que vinha sendo realizado.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Por ser uma unidade de pesquisa científica e tecnológica do MCTIC, em síntese, todas as atividades do CBPF no exercício se destinaram atingir objetivos como: publicação de artigos científicos em revistas de alto impacto, realização de escolas e encontros científicos, formação de recursos humanos, participação em colaborações científicas internacionais, publicação de textos de divulgação e de ensino básico em temas de Física e desenvolvimentos tecnológicos.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A elaboração do planejamento estratégico da unidade tem sido comprometida pelo contingenciamento de gastos públicos no país e consequentes cortes orçamentários na área de ciência e tecnologia, incluindo o CBPF. O Plano Diretor 2017-2021 é o principal documento que apresenta o planejamento organizacional, mas, devido às razões expostas, a instituição tem se limitado a cumprir suas atividades habituais sem poder desenvolver integralmente propostas e projetos inovadores constantes em seu PDU.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os planos da Unidade – nomeadamente o Plano Diretor e o Termo de Compromisso de Gestão – se referem exatamente às competências institucionais expressas em seu Regimento Interno. Em relação à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), o PDU apresenta metas sobre temas estratégicos como: Nuclear, Biofísica, Espacial e Tecnologia da Informação.

3.2 Desempenho orçamentário

3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC-OFSS

Identificação da Ação					
Código	20UM			**Tipo:**	**PO 0001**
Título	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS				
Iniciativa	182				
Objetivo	**403**	**Código**			
Programa	**2021**	**Código**		**Tipo:**	
Unidade Orçamentária	24101				
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
978.888,00	978.888,00	960.288,00	626.802,07	626.802,07	0,00	225.756,99

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Física	Unidade	20	-	20

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3.557,00	0,00	3.557,00	20	Unidade	20

Quadro - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC-OFSS

Identificação da Ação					
Código	2000			**Tipo:**	**2106**
Título	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE				
Iniciativa					
Objetivo		**Código**			
Programa	**2106**	**Código**		**Tipo:**	
Unidade Orçamentária	24101				
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Lei Orçamentária do exercício

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.930.323,00	12.230.323,00	12.216.119,67	10.380.917,11	10.380.917,11	119,99	937.253,60

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
	-	-	-	-

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
65.499,95	781,40	10.254,50	-	-	-

Quadro - Ação não prevista LOA do exercício - OFSS

Identificação da Ação					
Código	20V7			**Tipo:**	**A**
Título	PESQUISAS, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NAS UNIDADES DE PESQUISAS DO MCTIC				
Iniciativa					
Objetivo	**403**	**Código**			
Programa	**2021**	**Código**	2021	**Tipo:**	
Unidade Orçamentária	24101				
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Lei Orçamentária do exercício

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
420.380,00	379.580,00	379.580,00	320.739,21	320.739,21	0,00	0,00

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
24.243,67	16.244,60	8.002,07			

Quadro - Ação não prevista LOA do exercício - OFSS

Identificação da Ação					
Código	4210			**Tipo:**	**A**
Título	FORMULAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA DO MCTIC				
Iniciativa					
Objetivo		**Código**			
Programa	**2106**	**Código**		**Tipo:**	
Unidade Orçamentária	24101				
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00			

Quadro – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:					**Código UO: 24101**		**UGO: 240120**	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Pessoal	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GRUPO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3. Outras Despesas Correntes								
339030-Mat. Consumo	974.576,28	415.329,62	388.026,73	306.934,06	100.456,27	188.059,92	488.483,00	466.488,74
339037-Loc.Mão-de-Obra	7.773.432,41	6.788.345,63	7.222.921,72	6.378.005,92	416.543,47	173.484,86	7639.465,19	6.551.490,78
339039-Out.serv.Terceiros	4.203.159,49	4.973.439,66	3.177.491,13	4.340.180,43	606.784,17	924.128,70	3.784.275,30	5.130.350,79
Demais elementos do grupo	225.239,49	198.928,04	219.279,60	189.951,96	133,85	0,00	219413,45	189.951,96
TOTAL GRUPO	**13.176.407,67**	**12.376.042,95**	**11.007.719,18**	**11.215.072,37**	**1.285.673,48**	**1.285.673,48**	**12.131.636,94**	**12.338.282,27**
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
449039-Out.Serv. Terceiros	0,000	4.142,00	0,00	4.142,00	0,00	0,00	0,00	4.142,00
449052-Equip.Mat. Permanente	0,000	69.405,00	0,00	51.603,91	27.801,09	0,00	27.801,09	51.603,91
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GRUPO	**0,00**	**73.547,00**	**0,00**	**55.745,91**	**27.801,09**	**0,00**	**27.801,09**	**55.745,91**
5. Inversões Financeiras	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
6. Amortização da Dívida	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Quadro – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Pessoal	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Nome 1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GRUPO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3. Outras Despesas Correntes								
339030-Mat. De consumo	16.492,27	1.515,22	10.685,48	1.515,22	0,00	142.532,98	10.685,48	130.618,73
339037-Loc.Mão-de-Obra	47.105,01	0,00	14.085,92	0,00	0,00	0,00	14.085,92	0,00
339039-Out. Serviços de Terceiros	2.053.018,73	311.305,00	2.019.301,80	309.145,,00	18.404,60	1.785.662,18	2037.706,40	2.051.135,20
Demais elementos do grupo	79.535,37	131.984,03	47255,37	131.984,03	0,00	7.880,00	47.255,37	139.864,03
TOTAL GRUPO	**2.196.151,38**	**444.804,25**	**2.091.328,57**	**442.644,25**	**18.404,60**	**1.936.075,16**	**2.109.733,17**	**2.321.617,96**
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
449039-Out.Serv.Tercieros	0,00	1.154,00	0,00	1.154,00	0,00	0,00	0,00	1.154,00
449051-Obras e Inst.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172.020,00	0,00	172.020,00
449052-Equip.Mat.Permanente	315.000,00	1.405.798,65	273.402,93	1.405.798,65	9.001,19	281.886,46	282.404,12	4.653.662,09
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GRUPO	**315.000,00**	**1.406.952,65**	**273.402,93**	**1.406.952,65**	**9.001,19**	**453.906,46**	**282.404,12**	**4.826.836,09**
5. Inversões Financeiras	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
6. Amortização da Dívida	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Nota Explicativa:

A LOA, o limite de empenho aprovado para o exercício de 2017, foi de: R$ 12.909.211,00. Para suprir necessidades da UPC e honrar contratos de fornecimentos de serviços, manutenções básicas de suas dependências e manutenção das atividades institucionais o CBPF recebeu crédito suplementar no valor de R$ 300.000,00, como podemos observar nas informações da dotação inicial e final do quadro da Ação 2000 – Administração das Unidades, anexo.

No quadro: Despesas por grupo e elemento de despesas – créditos originários da UPC, no grupo de despesas de custeio houve um leve aumento de 13% no elemento 33903907 – Mão-de-Obra, em comparação a 2016, mantendo-se estável no elemento: 339030 – Material de Consumo e 339039 - Outros Serviços de Terceiros, com um pequeno acréscimo no último, com destaque para o aumento da conta de luz e força, devido à política do governo com bandeiras tarifárias.

Nos quadros: Ação não prevista na LOA do exercício – OFSS, recursos do MCTIC capitados através de TED para dar suporte às despesas com pesquisas e colaborações científicas com órgãos internacionais.

3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Com o acirramento da crise fiscal e política dos últimos anos, o exercício de 2017, seguiu o padrão de dificuldades. Mesmo com o quadro adverso, o Centro manteve as portas abertas e as atividades fins institucionais em processo além das perspectivas, graças ao empenho de seus Servidores.

Diante da grave crise, ao elaborar a LOA de 2017, foi priorizado o grupo de despesa de custeio (3) na programação orçamentária da ação 20UM, PO 0001 - C,T & Inovação, e optou-se por não se destinar recursos para o PO 0002 – Apoio a Redes e Laboratórios de Pesquisa em Física de Altas Energias do CBPF. Os recursos do PO 0001 foram basicamente utilizados para manter em atividade as pesquisas em andamento, buscando em outras fontes, recursos de investimentos através de TED – Termo de Execução Descentralizada, do MCTIC, e auxílios financeiros diretamente capitados pelos pesquisadores da instituição.

A principal dificuldade quanto ao cronograma de desempenho da programação orçamentária foi motivada por decisões políticas quanto ao contingenciamento financeiro/orçamentário dos recursos programados a liberar para os ministérios, e, consequentemente, dos órgãos e instituições atrelados. Neste exercício, o contingenciamento chegou à taxa de 40% do total programado no 1º semestre e final do segundo, gerando dificuldades para o atingimento das metas estabelecidas no PPA, como também para o gerenciamento dos recursos de acordo com os princípios da eficiência, eficácia e economicidade, matizes fundamentais da boa gestão pública.

3.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

A UPC não assumiu obrigações sem os respectivos créditos previstos no orçamento.

3.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro – Restos a pagar em exercícios anteriores R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de inscrição	**Montante em 1º de janeiro de 2016**	**pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2016**
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de inscrição	**Montante em 1º de janeiro de 2016**	**pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2016**
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	47.119,25	R$ 0,00	7.102,78	40.016,47
2011	14.447,55	6.203,76	0,00	8.243,79

FONTE: SIAFI

Quadro - Ação não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	20UK			**Tipo:**	**A**
Título	CIÊNCIA, TECOLOGIA E INOVAÇÃO NO ON				
Iniciativa					
Objetivo	**Desp.Pesq.e serviços p/ Sociedade**	**Código**	403		
Programa	**2021**	**Código**		**Tipo:**	
Unidade Orçamentária	24101				
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
7.102,78	0,00	7.102,78	-	-	-

Quadro - Ação não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	20V7			**Tipo:**	**A**
Título	PESQUISAS, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NAS UNIDADES DE PESQUISAS DO MCTIC				
Iniciativa					
Objetivo	**Desp.Pesq.e serviços p/ Sociedade**	**Código**	403		
Programa	**2021**	**Código**		**Tipo:**	
Unidade Orçamentária	24101				
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
24.246,67	16.244,60	80.002,06	-	-	-

Quadro - Ação não prevista LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	6702			**Tipo:**	**A**
Título	APOIO A PROJETO E EVENTOS DE EDUCAÇÃO				
Iniciativa					
Objetivo	**Desp.Pesq.e serviços p/ Sociedade**	**Código**	403		
Programa	**2021**	**Código**		**Tipo:**	
Unidade Orçamentária	24101				
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º janeiro	valor liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizado
24.246,67	16.244,60	80.002,06	-	-	-

Breve comentário:

Os saldos a pagar em 31/12/2017, pertencentes aos exercícios de 2010 e 2013 inscritos nos anos 2011 e 2014 respectivamente, referem-se às empresas de conservação e limpeza: ALVES E MAGALHÃES, e GLOBAL COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS.

Os saldos dos empenhos das empresas de limpeza e conservação permanecem ativos para darem suportes às ações judiciais decorrentes de direitos trabalhistas dos funcionários das respectivas falências.

3.2.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Fonte: 01880000000						
Origem da Movimentação	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas Correntes**		
	Concedente	**Recebedora**		**1 – Pessoal e Encargos Sociais**	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3 – Outras Despesas Correntes**
Concedidos	**240120**	**240133**	**2000**	**0,00**	**0,00**	**14.207,33**
Recebidos	**240121**	**240120**	**2000**	**0,00**	**0,00**	**47.356,01**
Concedidos				**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recebidos				**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL CUSTEIO				***0,00***	***0,00***	***61.563,34***
Origem da Movimentação	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
	Concedente	**Recebedora**		**4 – Investimentos**	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	-	-	-	-	0,00	0,00
TOTAL DE CAPITAL				-	0,00	0,00
Fonte: SIAFI			**TOTAL OCC**	**61.563,34**		

Breve comentário:

O valor concedido à Unidade 240133-SRH/MCTIC corresponde a custeio com estagiário; o valor recebido do IBICT corresponde ao custeio com manutenção de suas dependências no Edifício João Alberto.

Quadro – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Fonte: 01000000000						
Origem da Movimentação	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas Correntes**		
	Concedente	**Recebedora**		**1 – Pessoal e Encargos Sociais**	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3 – Outras Despesas Correntes**
Recebidos	**240133**	**240120-**	**2004**	**0,00**	**0,00**	**27.280,00**
Recebidos	**240133**	**240120**	**00M1**	**0,00**	**0,00**	**29.655,37**
Recebidos	**240120**	**240113**	**20V7**	**0,00**	**0,00**	**105.380,00**
Recebidos	**240112**	**240120**	**4210**	**0,00**	**0,00**	**2.000.000,00**
Concedidos	**240120**	**240126**	**20UM**	**0,00**	**0,00**	**1.600,00**
Concedido	**240120**	**240104**	**20UM**	**0,00**	**0,00**	**1.000,00**
Concedidos	**240120**	**240123**	**20V7**	**0,00**	**0,00**	**8.000,00**
Concedidos	**240120**	**240126**	**20V7**	**0,00**	**0,00**	**8.000,00**
Concedidos	**240120**	**240104**	**20V7**	**0,00**	**0,00**	**18.000,00**
Concedidos	**240120**	**240123**	**20V7**	**0,00**	**0,00**	**6.500,00**
Concedidos	**240120**	**240126**	**20V7**	**0,00**	**0,00**	**5.300,00**
Concedidos	**240120**	**240127**	**20V7**	**0,00**	**0,00**	**8.800,00**
TOTAL CUSTEIO				***0,00***	***0,00***	***2.192.235,37***
Origem da	**UG**		**Classifica**	**Despesas de Capital**		

Movimentação	Concedente	Recebedora	ção da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	**240113**	**240120**	20V7	315.000,00	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
TOTAL DE CAPITAL				315.000,00	0,00	0,00
			TOTAL OCC	**2.534.515,37**		

Fonte: SIAFI

Análise crítica:

Dos valores recebidos, R$ 2.4120.380,00 foram por meio de TED - Termo de Execução Descentralizada proveniente do MCTIC.

R$ 56.935,37, referem-se a repasse para custeio de despesas com pessoal;

R$ 2.600,00 referem-se à transferência concedida ao ON e ao INT.

R$ 54.600,00, transferidos para o INT, ON, CETEN, LNCC para custeio de manutenção de software.

3.2.5.1.1 Informações sobre a execução das despesas

Quadro - Despesas por Modalidade de Licitação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:	**Código UO: 24101**		**UGO: 240120**	
Modalidade de Contratação	**Despesa Liquidada**		**Despesa paga**	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**7.430.739,14**	**6.584.714,44**	**7.430.739,14**	**6.584.714,44**
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	7.430.739,14	6.584.714,44	7.430.739,14	6.584.714,44
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	**3.481.195,37**	**4.613.975,68**	**3.481.195,37**	**4.613.855,69**
h) Dispensa	3.377.072,24	4.533.630,66	3.377.072,24	4.533.510,67
i) Inexigibilidade	104.123,13	80.345,02	104.123,13	80.345,02
3. Regime de Execução Especial	**15.451,56**	**4.003,19**	**15.451,56**	**4.003,19**
j) Suprimento de Fundos	15.451,56	4.003,19	15.451,56	4.003,19
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**33.360,77**	**1.394,19**	**33.360,77**	**1.394,19**
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	33.360,77	1.394,19	33.360,77	1.394,19
5. Outros	**46.972,34**	**53.238,10**	**46.972,34**	**53.238,10**
6. Total (1+2+3+4+5)	**11.007.719,18**	**11.257.325,60**	**11.007.719,18**	**11.257.205,61**

Quadro – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**14.336,90**	**0,00**	**14.336,90**	**0,00**
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	14.336,90	0,00	14.336,90	0,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	**2.319.139,20**	**710.820,22**	**2.319.139,20**	**686.566,60**
h) Dispensa	2.319.139,20	710.820,22	2.319.139,20	686.566,60
i) Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Regime de Execução Especial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Outros	**31.255,40**	**53.984,03**	**31.255,40**	**53.984,03**
6. Total (1+2+3+4+5)	**2.364.731,50**	**764.804,25**	**2.364.731,50**	**740.550,63**

Análise Crítica

Nos últimos anos a UPC sofreu significativa redução e contingenciamento orçamentário, sendo obrigada a priorizar a necessidade de manter a instituição em funcionamento reduzido. Por esta razão, os gastos com manutenção essencial das suas dependências e laboratórios científicos, que constituem o foco prioritário dos créditos originários em custeio: Ação 2000 – Administração da Unidade, Ação 20UM PO 0001/0002 – Ciência, Tecnologia e Inovação, totalizaram 71,4%. Vale destacar que a aplicação dos 28,6% em pesquisas e desenvolvimento, só foi possível, graças ao ingresso de recursos suplementares e descentralizações de créditos no final do exercício, porém, tardios quanto a sua operacionalização à luz da Lei 8.666/93, em razão do exíguo período de tempo para a devida preparação dos processos licitatórios.

3.2.6 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os indicadores de monitoramento e avaliação da execução e dos resultados do planejamento das atividades executadas na UPC estão definidos no Termo de Compromisso de Gestão, sendo eles geralmente relativos ao número de trabalhos científicos publicados em revistas indexadas ou relatórios em temas de Física, número de eventos científicos realizados, número de pesquisadores visitantes e pós-doutores atraídos pela UPC, expansão da infraestrutura, participação da inovação através do intercâmbio de pesquisadores entre empresas e UPC, formação de recursos humanos através de número de diplomados em pós-graduação de Física e número de produções oriundas da formação de recursos humanos. O monitoramento e avaliação do TCG é realizado pela Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais (DPO/MCTIC), além da própria UPC. O Conselho Técnico-Científico (CTC) deve aprovar o Relatório Anual de Avaliação. Os indicadores se dividem em **físicos e operacionais**; **administrativos e financeiros; de recursos humanos; e de inclusão social** conforme discriminado abaixo:

Os **indicadores físicos e operacionais** são os seguintes: IPUB – Índice de Publicações, IGPUB – Índice Geral de Publicações, PPACN – Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Nacional, PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos, PPBD – Índice de Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos, IODT – Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas, TPTD – Índice de Trabalhos Publicados por Tese Defendida por ano no CBPF, PD – Índice de Pós-Docs, PV – Índice de Pesquisadores Visitantes.

Os **indicadores administrativos e financeiros** são os seguintes: APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento, RRP – Relação entre Receita Própria e OCC, IEO – Índice de Execução Orçamentária.

Os **indicadores de recursos humanos** são: ICT – Índice de Capacitação e Treinamento, PRB - Participação Relativa de Bolsistas, NTS – Número Total de Servidores, PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado.

O **indicador de inclusão social** é o PPDS – Programas e Projetos Diretos para a Sociedade.

Avalia-se que os indicadores da UPC ainda são de ordem essencialmente quantitativa. Estuda-se a melhora desses indicadores para incorporar também, na medida do possível, o aspecto qualitativo do desempenho da UPC.

Em 2017, a CCI/CBPF (atual COINS/CBPF) elaborou o Manual Sobre Fontes, Formas de Apuração e Finalidades dos Indicadores do Termo de Compromisso de Gestão firmado entre o CBPF e o MCTIC, descrevendo a metodologia de extração dos dados para o cálculo dos indicadores e a construção de série histórica para acompanhar a evolução de aspectos relevantes do desempenho da instituição. Esse esforço, além permitir a sistematização das informações visa permitir que a metodologia de obtenção de dados esteja claramente definida e indicar os aperfeiçoamentos em áreas específicas, ou mesmo a correção de eventuais disfunções ou riscos institucionais. As informações gerenciais extraídas desse acompanhamento deverão servir de subsídio para selecionar áreas a serem estudadas com maior profundidade pelos Controles Interno e Externo.

3.2.7 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O Termo de Compromisso de Gestão (TCG) é o instrumento que baliza o monitoramento da execução e resultados dos planos da UPC. Anualmente esse documento é avaliado a partir de um relatório anual entregue ao MCTIC pelo CBPF. A avaliação fica a cargo dos componentes da estrutura de governança do CBPF (Diretor, CTC) e a Diretoria do MCTIC responsável pela gestão das unidades de pesquisa.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

Com a nova Diretoria e a necessidade de corte do número de cargos de direção e assessoramento superior (DAS) da UPC, foi realizada uma reforma do Regimento Interno pela Portaria nº 5.142, de 14 de novembro de 2016, que alterou a estrutura de governança da instituição.

As estruturas de governança da UPC passaram a corresponder às seguintes unidades: Diretoria (DIR), COTEO (Coordenação de Física Teórica), COHEP (Coordenação de Física de Altas Energias), COMAN (Coordenação de Materiais, Nanociências e Física Aplicada), COSMO (Coordenação de Cosmologia, Astrofísica e Interações Fundamentais), COINS (Coordenação de Ações Institucionais), COEDU (Coordenação de Formação Científica), COTEC (Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico) e COADM (Coordenação de Administração), sendo que, nesta última, existe uma divisão de Serviços: SELIC (Serviço de Logística, Infraestrutura e Contratos), SECOF (Serviço de Contabilidade, Orçamento e Finanças), SEMAP (Serviço de Material e Patrimônio) e SEGEP (Serviço de Gestão de Pessoas).

Cada Coordenação possui um coordenador e um coordenador substituto. A indicação desses dirigentes é feita segundo a Portaria CBPF/MCTI nº 59, de 30/11/2007. As Coordenações do CBPF são chefiadas por Coordenador e os Serviços por Chefe.

Conforme o Regimento Interno do CBPF, aos coordenadores incumbe planejar, coordenar e supervisionar, controlar e avaliar as atividades das respectivas áreas, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas. Aos chefes incumbe supervisionar, controlar e orientar a execução das atividades decorrentes das competências de sua área, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes vierem a ser delegadas.

Acima das Coordenações se situa a Diretoria da UPC, assessorada pelos órgãos colegiados: COCI (Conselho Científico Assessor) e CTC (Conselho Técnico Científico). O CAS (Comitê de Assessoramento) é composto pelos coordenadores da instituição e se reúne especialmente para tratar de questões relacionadas ao orçamento da unidade, porém não está institucionalizado formalmente.

A Diretoria do CBPF é liderada pelo diretor. O diretor substituto é o coordenador da COINS. Ao Diretor incumbe: planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do CBPF; exercer a representação do CBPF; convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC e do Comitê Científico Assessor - COCI; e executar as demais atribuições que lhe forem conferidas.

O **Comitê Científico Assessor – COCI** é um órgão consultivo e suas decisões terão caráter subsidiário para ações da Diretoria, devendo ser submetidas à aprovação do Comitê Técnico Científico, sempre que necessário. Ao COCI compete:

- Sugerir políticas científicas ao CBPF e acompanhar sua execução.
- Propor normas e supervisionar a distribuição de espaço para laboratórios e grupos de pesquisa.
- Emitir pareceres para orientar decisões do Diretor e do CTC, na análise de questões de ética e de conflito entre pesquisadores e grupos de pesquisa do CBPF.
- Formular e analisar propostas de colaboração e intercâmbio com outras instituições científicas do País e do exterior, incluindo participação em grandes projetos internacionais.
- Formular e supervisionar o programa de pesquisadores associados.
- Analisar propostas de pesquisador emérito para encaminhamento ao CTC.
- Propor a indicação de nomes para composição das comissões de avaliação de promoções e progressão na carreira dos funcionários do CBPF.
- Analisar propostas de organização de eventos pelo CBPF.
- Propor normas e supervisionar o Programa de Formação Científica do CBPF.
- Analisar propostas de criação e extinção de coordenações e serviços de apoio.
- Analisar relatórios científicos a serem submetidos ao CTC e organismos externos.

Com a alteração do Regimento Interno da UPC, em novembro de 2016, finalmente um representante da carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura foi incorporado à composição do COCI. Antes, apesar de tratar sobre diversos assuntos de gestão da UPC, o Comitê somente contemplava a participação das carreiras de Pesquisa e de Desenvolvimento Tecnológico, além de alunos. O art. 31 do novo Regimento Interno estabelece que a composição do COCI é do diretor, coordenadores, um representante da categoria Pesquisador Titular, um representante da categoria Pesquisador Associado, um representante da categoria Pesquisador Adjunto, um representante da categoria de Tecnologista, um representante do corpo discente, um representante da categoria de Analista em Ciência e Tecnologia e até quatro servidores indicados pelo diretor. A cada dois anos, cada categoria elege seu representante por meio de voto depositado em urna na Diretoria.

O **Conselho Técnico-Científico**, instituído pela Portaria nº 638, de 01/10/2008, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, é uma unidade colegiada com função de orientação e assessoramento ao diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do CBPF. A ele compete:

- Apreciar e supervisionar a implementação da política científica e tecnológica do CBPF e suas prioridades;
- Pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programas, projetos e atividades implementados;
- Acompanhar a avaliação de desempenho para servidores do quadro de pesquisadores e tecnologistas;
- Acompanhar a aplicação dos critérios de avaliação de desempenho institucional, em conformidade com os critérios definidos no Termo de Compromisso de Gestão pactuado com o MCT;
- Participar efetivamente, através de um de seus membros externos ao CBPF, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão; e
- Apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo diretor.

O CTC conta com dez membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O perfil dos componentes e forma de escolha estão descritos na Seção I do Capítulo IV do Regimento Interno (Portaria 5.142, de 14 de novembro de 2016).

O **CAS (Conselho de Assessoramento)** não está constituído formalmente, mas é um órgão colegiado que reúne todos os coordenadores do CBPF para fins de planejamento financeiro (basicamente destinado à divisão de recursos orçamentários).

4.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A UPC não possui estrutura para apuração de ilícitos administrativos, porém, quando necessário, comissões são instituídas para resolver os casos que surgem. Em relação a 2017, não há ocorrência para atividades de correição e/ou apuração de ilícitos administrativos.

4.3 Gestão de riscos e controles internos

Em 2016, visando atender a Assessoria Especial de Controle Interno do MCTIC, que encaminhou e-mail ao CBPF recomendando a observância da Instrução Normativa Conjunta nº 01 CGU/MP - sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal - a Diretoria do CBPF, realizou, através da então Coordenação de Colaborações Institucionais (CCI), atual Coordenação de Ações Institucionais (COINS), um estudo de riscos. Desse, resultou a Nota Técnica nº 07/2016/CCI/CBPF/MCTI, apresentada à Diretoria em 08/07/2016. A NT concluiu pela necessidade de um mapeamento de riscos do CBPF, além de sugerir a instalação de seu Comitê de Governança, Riscos e Controles, bem como sua Política de Gestão de Riscos. As minutas de portarias referentes às duas últimas sugestões foram encaminhadas imediatamente em forma de Anexo daquela Nota Técnica.

Outra Nota Técnica, a de nº 09/2016/CCI/CBPF/MCTIC, de 24/10/2016, dedicou-se a apresentar o mapeamento de riscos da UPC que foi realizado pela CCI (atual COINS). Concluiu-se que, à exceção do LAFEX (atual COHEP), as coordenações do CBPF não apresentaram clareza no detalhamento de riscos a fim de gerar a identificação de ações a serem realizadas para mitigá-los (uma vez que apenas foram indicados riscos de impacto negativo), com nomeação dos respectivos responsáveis, estruturação de plano de ações e definição de indicadores para monitoramento. O Comitê de Governança, Riscos e Controles, caso venha a ser instituído pelo CBPF por observância da IN MP/CGU nº 01/2016, para auxiliar as coordenações nesse trabalho, poderia liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos na instituição, orientando as coordenações que já apresentaram riscos, para aprimorar esse trabalho, e auxiliando as coordenações que nada apresentaram a tomar as providências cabíveis. Como a COHEP já identificou com mais clareza seus riscos, o mesmo Comitê, caso criado, aprovaria e supervisionaria o método de priorização de temas e macroprocessos para a gestão de riscos dessa Coordenação.

Infelizmente, devido ao seu reduzidíssimo quadro de servidores, conforme vem frequentemente apontando em seus Relatórios Anuais do Termo de Compromisso de Gestão, a Diretoria ainda não teve condições de adotar as providências sugeridas, advindas do estudo realizado, e atinentes à instituição quanto à gestão de riscos na UPC. Cumpre ressaltar que a própria servidora incumbida do estudo se encontra em licença sem vencimentos e o quadro de analistas em C&T da instituição, cargo mais habilitado para conduzir as atividades nesta área, dispõe de apenas 7 (sete analistas) já assoberbados com suas tarefas.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		120	-	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)			-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		120	-	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)		120	-	7

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	52	68
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	52	68
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	52	68
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	52	68

Breve comentário – Insistentemente chamamos atenção para a elevada faixa etária do quadro funcional do CBPF, nas três carreiras que o integram: Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Gestão. Torna-se indispensável a renovação do quadro através da realização de concursos públicos, principalmente a reposição de pessoal de Gestão. A deficiência é de tal ordem que alguns serviços essenciais do CBPF, que só podem ser executados por servidores públicos concursados, como a chefia da área contábil, poderão estar em colapso de gestão caso seus atuais responsáveis venham a exercerem seus direitos já adquiridos à aposentadorias.

No quadro 5.1.1, observamos o efetivo egresso de 7 servidores por aposentadoria em 2017, totalizando 14 nos últimos dois anos, fato que corrobora o alerta feito em 2015 sobre a situação gravíssima em que se encontra a instituição quanto ao seu quadro funcional.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017										0,00
	2016										0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	9.408.278,90	482.685,04	10.669.036,66	96.537,01	0,00	1.906.120,82	482.685,04	9.864,02		23.055.207,49
	2016	9.080.021,17	467.484,15	10.733.777,10	10.309.433,71	0,00	1.638.930,31	467.484,15	4.747,00		32.701.877,59
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017										0,00
	2016										0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017										0,00
	2016										0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017										0,00
	2016										0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017										0,00
	2016										0,00

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Em 2013, a partir da edição de uma apostila com as normas de segurança, recomendações e procedimentos de proteção em seus laboratórios, a UPC intensificou a observância pelo zelo à integridade física dos seus servidores e colaboradores com medidas de controle e segurança de modo a mitigar os riscos possíveis de acidentes com informações padronizadas e institucional sobre: como proceder no ambiente de trabalho.

Os chefes de laboratórios de pesquisa do CBPF são imediatamente responsáveis pela organização e bom uso desses ambientes. (Link da apostila disponível em:
http://cbpfindex.cbpf.br/publication_pdfs/Recomend&Procedim_Prot_labs_CBPF_2013.2014_12_01_10_27_09.pdf)
Vale ressaltar que, apesar de todos os esforços empreendidos, ainda somos assombrados com os riscos ligados à postura laboral/ergonomia. Em razão da dificuldade orçamentária não está havendo um controle periódico desejável com a devida assistência de uma empresa terceirizada para prestar serviços de controle de saúde laboral.

A Portaria CBPF/MCTI nº 49, de 25 de setembro de 2007, designou um Tecnologista da UPC como seu Representante Técnico em Engenharia de Segurança do Trabalho – CREA nº 1987108903. Em 2014, ele realizou o Relatório de Inspeção de Saúde e Segurança do Trabalho, disponível na Intranet do CBPF. Porém, ainda não foi realizada inspeção de cada posto de trabalho para verificar a adequação da postura laboral dos servidores e terceirizados da UPC. Aguarda-se a realização desse serviço em exercícios posteriores quando o quadro de dificuldades financeiras estiver amenizado e favorável a sua implementação.

5.1.4 Providências adotadas para substituição de terceirizados

A UPC, junto à Gestão Administrativa do MCTIC, busca alternativas para solucionar o problema da falta de servidores concursados e, consequentemente, a substituição da força de mão de obra terceirizada.

5.1.5 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

UG/Gestão: 240120/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Estágio	61.600.839/0001-55	10/05/2017	10/05/2018	Médio/Superior	A
2014	Limpeza e conservação	11.395.635/0001-51	22/12/2014	22/12/2019	Fundamental	P
2014	Apoio operacional	00.332.833/0001-50	03/06/2014	03/06/2019	Fundamental/Médio/Superior	P
2012	Vigilância desarmada	03.007.660/0001-92	01/01/2012	01/01/2018	Certificado formação vigilante	A
LEGENDA						
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.						
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						

Fonte:

5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro – Gestão do patrimônio imobiliário da União

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Depreciação	Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	2017	Com Reformas	Com Manutenção
240120	6001002875005	21	3	7.479.523,81	16/05/2012	29.477.826,04	1.454.546,38	0,00	167.820,71
Total								0,00	167.820,71
Fonte: SIAFI E SPIUNET									

Nota explicativa:

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas possui um imóvel à sua guarda, localizado no bairro da Urca: Rua Dr. Xavier Sigaud, 150, município do Rio de Janeiro – Capital.

5.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros

A UPC não possui imóveis locados de terceiros.

5.2.3 Ocorrência de atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da união na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não.

A UPC mantém com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica – FACC, Termo de Cessão por Uso de Bem Público.

5.3 Gestão da tecnologia da informação

5.3.1 Principais sistemas de informações

a) Servidores computacionais: DNS; Servidor Web CBPF; LDAP; CBPFIndex; UniposRio; Antivirus; Wi-Fi; Servidor de Backup; Servidor de Arquivo; Servidor de VPN e NTP; Serviço de Monitoramento; Servidor de Repositório; CAFe/RNP; CBPF Cloud; Eduroam.
b) Sistema de Computação de Alto Desempenho (HPCs): Grid da COHEP, cluster da COTEC/CBPF, cluster da COSMO e Cluster da COTEO;
c) Sistema de Comunicação de Alta Velocidade e Redecomep-RJ;
d) Sistemas de videoconferência e transmissão de vídeo;
e) Sistema de documentação científica;
f) Sistemas de TI nos laboratórios de Física Experimental.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

A unidade possui balcão de atendimento ao cidadão logo na entrada de seu edifício-sede, contendo computador com acesso ao e-SIC (Sistema de Informação ao Cidadão), com base na LAI (Lei de Acesso à Informação). Além disso, o atendimento realizado diretamente através do e-SIC é célere, sempre com observância dos prazos. O portal do CBPF na Internet obedece ao padrão oficial, dispondo de uma barra horizontal no topo da página para acesso à informação, legislação e participação. No menu lateral, há um link chamado "Acesso à Informação". Nesta página (http://portal.cbpf.br/acesso-a-informacao), também na parte lateral, qualquer interessado pode clicar para acessar informações sobre: Institucional; Ações e Programas; Auditorias; Convênios; Despesas; Licitações e Contratos; Servidores; Perguntas Frequentes; Serviço de atendimento ao cidadão-SIC; Informações Classificadas; Sobre a LAI e Regimentos e Portarias.
A unidade também possui perfis nas mídias sociais, frequentemente atualizadas, que permitem interação eficaz com o público, sobretudo a página mantida no Facebook: https://www.facebook.com/cbpf.mctic/Twitter: https://twitter.com/cbpf_mctic e Instagram: cbpf_mctic.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A primeira Carta de Serviços ao Cidadão do CBPF foi elaborada no ano de 2016 no âmbito da extinta Coordenação de Colaborações Científicas Institucionais – CCI/CBPF/MCTIC. A Carta expressa que, além de a unidade desenvolver atividades voltadas à sociedade em geral pela divulgação científica, também oferece cursos de pós-graduação e acesso a suas instalações de laboratórios e bibliotecas, revelando-se seu intenso relacionamento com usuários diretos de suas atividades. Além disso, ficou em evidência que a realização de pesquisa científica se relaciona fortemente com a sociedade pela promoção e pelo avanço do conhecimento, bem como pela possibilidade de frutífera interação com a indústria nacional via inovação tecnológica. A Carta de Serviços estará sendo revisada no início de 2018, visando atender orientações do MCTIC e, após a conclusão, será publicada na página da instituição.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários é geralmente realizada pela interação do Núcleo de Comunicação Social do CBPF com o público em geral nas mídias sociais (mensagens e avaliações de serviço na página *online*) e pelo endereço de e-mail ncs_cbpf@cbpf.br. Entretanto, não há metodologia definida: o NCS/CBPF apenas responde as mensagens que os usuários enviam espontaneamente e as reporta à Direção.

Em 2017 foi criada a Comissão de Ética Institucional através da Portaria nº 12, de 13 de março de 2017. A Comissão é constituída por representantes dos diversos segmentos institucionais. Segundo artigo 1º da portaria, a criação da comissão – dotada de caráter permanente – tem como objetivo "analisar as denúncias recebidas referentes a conflitos interpessoais, assédio moral e sexual, discriminação de gênero, racial, religiosa e demais posturas inadequadas ou desrespeitosas".

As denúncias podem ser feitas por meio do endereço eletrônico comissao.etica@cbpf.br ou contatando seu (sua) coordenador(a), bem como a própria direção do CBPF.

Também foi criada, através da Portaria Interna nº 001, de 24 de março de 2017, a Comissão de Ouvidoria da Mulher. Uma das funções da ouvidoria será levar as denúncias e queixas até a Comissão de Ética do CBPF, que tratará de avaliar os casos e recomendar as providências cabíveis. O endereço eletrônico da Ouvidoria da Mulher é: ouvidoria.mulher@cbpf.br

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Além da disponibilização dos relatórios oficiais de prestação de contas no portal da unidade na rede mundial de computadores (Internet), www.cbpf.br, o CBPF se esforça em divulgar suas atividades através de notas informativas elaboradas pelo Núcleo de Comunicação Social NCS/CBPF, integrante da Coordenação de Ações Institucionais (COINS), conforme estabelece o Regimento Interno da instituição. Essas notas são publicadas no portal eletrônico e nas suas redes sociais da unidade e, ainda, enviadas por e-mail a milhares de endereços cadastrados na conta CBPNews.

As instalações do CBPF atendem às normas de acessibilidade, isto é, de possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme a Lei nº 10.098/2000. Medidas de acessibilidade estão em vias de implementação no novo portal do CBPF na rede mundial de computadores (Internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Com base legal na Lei 4.4320/64, 10.180/2001, PO/MF 184/2008 e a IN/SRF 162/1998 - Anexo I e II, NBC T 16.9, 16.10, foram estabelecidos as novas diretrizes para prática, procedimento, elaboração e divulgação contábil a partir de 2010, com prazo máximo de ajustes em todas as contas até 2013, para a avaliação, reavaliação, depreciação, amortização e exaustão dos bens patrimoniais públicos, em convergência com as Norma Internacional de Contabilidade Aplicada no Setor Público, para espelhar o real valor do imobilizado patrimonial.

A metodologia, normas, cálculos e taxas utilizadas para realizar a avaliação do imobilizado estão estabelecidos na MACROFUNÇÃO SIAFI 02.03.30.

O registro de depreciação é executado mensalmente de acordo com o método linear ou cotas constantes: distribui o custo do bem em função exclusiva do tempo (QUOTA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO = CUSTO VALOR RESIDUAL/Nº DE PERÍODO DE VIDA ÚTIL DO BEM:

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor

de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(*) A aplicação da metodologia iniciou a partir do exercício de 2016 do imobilizado intangível.

A utilização dos critérios das NBC T 16.9 e NBC T 16.10 permitiu uma nova visão do real valor patrimonial dos bens da instituição, facilitando as tomadas de decisões dos gestores.

7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A metodologia de apuração de custos ainda está em fase de finalização e definição de critérios por parte do setor competente da administração pública. Estando previsto para utilização no exercício de 2018.

7.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis estão de acordo com a exigência em lei.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
EXERCíCIO	2017
PERíODO	Anual
EMISSÃO	05/02/2018
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	**Despesas Orçamentárias**	**15.660.279,05**	**13.214.394,20**
Ordinárias	-	-	**Ordinárias**	**3.396.803,37**	**13.137.939,26**
Vinculadas	-	-	**Vinculadas**	**12.263.475,68**	**76.454,94**
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Operação de Crédito	12.183.475,68	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	80.000,00	76.454,94
Transferências Financeiras Recebidas	**15.281.021,93**	**17.199.856,27**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**530.561,88**	**3.615,64**
Resultantes da Execução Orçamentária	15.281.021,93	13.186.740,25	Resultantes da Execução Orçamentária	330.561,88	-
Sub-repasse Recebido	15.281.021,93	13.186.740,25	Sub-repasse Devolvido	330.561,88	
Independentes da Execução Orçamentária	-	4.013.116,02	Independentes da Execução Orçamentária	200.000,00	3.615,64
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		4.013.116,02	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	200.000,00	3.615,64
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**13.797.162,04**	**6.974.069,61**	**Despesas Extraorçamentárias**	**9.523.983,60**	**12.052.609,23**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	119,99	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	119,99	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.287.828,37	1.202.905,30	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.179.124,64	3.887.556,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.437.713,45	5.665.906,19	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.344.738,97	8.165.052,76
Outros Recebimentos Extraorçamentários	71.620,22	105.138,13	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.030,57	474,50			
Arrecadação de Outra Unidade	69.589,65	104.663,63			
Saldo do Exercício Anterior	**2.756.607,32**	**3.853.300,51**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**6.119.966,76**	**2.756.607,32**
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.756.607,32	3.853.300,51	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.119.966,76	2.756.607,32
TOTAL	**31.834.791,29**	**28.027.226,39**	**TOTAL**	**31.834.791,29**	**28.027.226,39**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
EXERCíCIO	2017
PERíODO	Anual
EMISSÃO	06/02/2018

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**-**	**-**	**-**	**-**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita Industrial	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas de Serviços	**-**	**-**	**-**	**-**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Receitas Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	**-**	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DE RECEITAS	**-**	**-**	**-**	**-**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito - Mercado Externo	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
DEFICIT			**15.660.279,05**	**15.660.279,05**
TOTAL	**-**	**-**	**15.660.279,05**	**15.660.279,05**
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	**-**	**-**	**-**	**-**
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**-**	**15.345.279,05**	**13.099.047,75**	**13.099.047,75**	**-15.345.279,05**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**-**	**15.345.279,05**	**13.099.047,75**	**13.099.047,75**	**-15.345.279,05**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**315.000,00**	**273.402,93**	**273.402,93**	**-315.000,00**
Investimentos	**-**	**-**	**315.000,00**	**273.402,93**	**273.402,93**	**-315.000,00**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DO RPPS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**-**	**-**	**15.660.279,05**	**13.372.450,68**	**13.372.450,68**	**-15.660.279,05**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**15.660.279,05**	**13.372.450,68**	**13.372.450,68**	**-15.660.279,05**
TOTAL	**-**	**-**	**15.660.279,05**	**13.372.450,68**	**13.372.450,68**	**-15.660.279,05**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**93.677,62**	**1.163.010,59**	**1.142.322,36**	**1.142.322,36**	**57.260,39**	**57.105,46**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**93.677,62**	**1.163.010,59**	**1.142.322,36**	**1.142.322,36**	**57.260,39**	**57.105,46**
DESPESAS DE CAPITAL	**7.102,78**	**39.894,71**	**36.802,28**	**36.802,28**	**10.195,21**	**-**
Investimentos	**7.102,78**	**39.894,71**	**36.802,28**	**36.802,28**	**10.195,21**	**-**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**100.780,40**	**1.202.905,30**	**1.179.124,64**	**1.179.124,64**	**67.455,60**	**57.105,46**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**-**	**119,99**	**119,99**	**-**	**-**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**-**	**119,99**	**119,99**	**-**	**-**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**-**	**119,99**	**119,99**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
EXERCíCIO	2017
PERíODO	Anual
EMISSÃO	06/02/2018

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	**6.360.149,72**	**3.133.860,53**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**3.923.410,22**	**828.525,16**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.119.966,76**	**2.756.607,32**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**-**	**-**
Créditos a Curto Prazo	**-**	**-**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	**-**	**-**
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**-**	**-**	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**-**	**119,99**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**-**	**-**	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**-**	**-**
Estoques	**240.182,96**	**377.253,21**	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**	**-**	**-**
VPDs Pagas Antecipadamente	**-**	**-**	**Provisões a Curto Prazo**	**-**	**-**
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	**-**	**-**	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**3.923.410,22**	**828.405,17**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**45.742.446,25**	**48.533.476,78**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**-**	**-**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**-**	**-**	**Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo**	**-**	**-**
Estoques	-		**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	**-**	**-**
Investimentos	**4.332,30**	**4.332,30**	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	**-**	**-**
Participações Permanentes	-	-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	**-**	**-**
Propriedades para Investimento	-	-	**Provisões a Longo Prazo**	**-**	**-**
Propriedades para Investimento	-	-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**-**	**-**
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Resultado Diferido**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**3.923.410,22**	**828.525,16**
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-		
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	**-**	**-**
Demais Investimentos Permanentes	4.332,30	4.332,30	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**-**	**-**
Demais Investimentos Permanentes	4.332,30	4.332,30	**Reservas de Capital**	**-**	**-**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**-**	**-**
Imobilizado	**45.498.370,75**	**48.284.718,21**	**Reservas de Lucros**	**-**	**-**
Bens Móveis	17.475.091,09	19.185.670,59	**Demais Reservas**	**-**	**-**
Bens Móveis	31.898.414,05	31.747.057,74	**Resultados Acumulados**	**48.179.185,75**	**50.838.812,15**
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	- 14.423.322,96	- 12.561.387,15	Resultado do Exercício	-2.659.626,40	633.957,83
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	50.838.812,15	50.414.195,33
Bens Imóveis	28.023.279,66	29.099.047,62	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	**-**	**-**
Bens Imóveis	29.477.826,04	29.477.826,04	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**48.179.185,75**	**50.838.812,15**
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.454.546,38	-378.778,42			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**239.743,20**	**244.426,27**			
Softwares	224.916,47	228.583,14			

Softwares	228.916,47	228.916,47			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-4.000,00	-333,33			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.826,73	15.843,13			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	21.033,46	21.033,46			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-6.206,73	-5.190,33			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
TOTAL DO ATIVO	**52.102.595,97**	**51.667.337,31**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**52.102.595,97**	**51.667.337,31**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**	ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**
ATIVO FINANCEIRO	**6.119.966,76**	**2.756.607,32**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**6.268.344,05**	**2.132.210,86**
ATIVO PERMANENTE	**45.982.629,21**	**48.910.729,99**	**PASSIVO PERMANENTE**	**-**	**-**
			SALDO PATRIMONIAL	**45.834.251,92**	**49.535.126,45**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**	ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**414.041,10**	**354.361,67**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**930.483,54**	**841.365,40**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	414.041,10	354.361,67	Execução dos Atos Potenciais Passivos	930.483,54	841.365,40
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	384.041,10	324.361,67	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	30.000,00	30.000,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	930.483,54	841.365,40
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**414.041,10**	**354.361,67**	**TOTAL**	**930.483,54**	**841.365,40**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-77.392,73**
Recursos Vinculados	**-70.984,56**
Operação de Crédito	-300.673,53
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	229.688,97
TOTAL	**-148.377,29**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
EXERCíCIO	2017
PERíODO	Anual
EMISSÃO	06/02/2018

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**15.712.434,60**	**19.137.104,77**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**-**	**-**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**15.642.844,95**	**19.024.165,50**
Transferências Intragovernamentais	15.281.021,93	17.199.856,27
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	361.823,02	1.824.309,23
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**-**	**8.275,64**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	8.275,64
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**69.589,65**	**104.663,63**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	69.589,65	104.663,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**18.372.061,00**	**18.503.146,94**
Pessoal e Encargos	**-**	**-**
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**29.655,37**	**53.984,03**
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	29.655,37	53.984,03
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**17.006.213,01**	**17.330.650,42**
Uso de Material de Consumo	390.128,84	1.301.720,78
Serviços	13.673.697,33	13.994.651,35
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.942.386,84	2.034.278,29
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**-**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-

Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**771.614,83**	**401.551,34**
Transferências Intragovernamentais	530.561,88	3.615,64
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	241.052,95	397.935,70
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**520.671,92**	**652.138,14**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	520.671,92	652.138,14
Tributárias	**22.823,46**	**38.893,23**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	22.823,46	38.893,23
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**21.082,41**	**25.929,78**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	21.082,41	25.929,78
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-2.659.626,40**	**633.957,83**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2017	2016

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES
EXERCíCIO	2017
PERíODO	Anual
EMISSÃO	06/02/2018

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**3.673.564,65**	**-23.699,64**
INGRESSOS	**26.788.325,03**	**22.970.426,09**
Receitas Derivadas e Originárias	**-**	**-**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**26.788.325,03**	**22.970.426,09**
Ingressos Extraorçamentários	11.437.713,45	5.665.906,19
Transferências Financeiras Recebidas	15.281.021,93	17.199.856,27
Arrecadação de Outra Unidade	69.589,65	104.663,63
DESEMBOLSOS	**-23.114.760,38**	**-22.994.125,73**
Pessoal e Demais Despesas	**-14.205.478,51**	**-14.777.821,09**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-10.389.768,24	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-3.817.740,84	-14.778.295,59
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.030,57	474,50
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-33.981,02**	**-47.636,24**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-33.981,02	-47.636,24
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	**-8.875.300,85**	**-8.168.668,40**
Dispêndios Extraorçamentários	-8.344.738,97	-8.165.052,76
Transferências Financeiras Concedidas	-530.561,88	-3.615,64

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-310.205,21**	**-1.072.993,55**
INGRESSOS	**-**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-310.205,21**	**-1.072.993,55**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-310.205,21**	**-1.068.993,55**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-**	**-4.000,00**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**3.363.359,44**	**-1.096.693,19**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**2.756.607,32**	**3.853.300,51**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**6.119.966,76**	**2.756.607,32**

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Em 2017, seguimos as determinações e recomendações prolatadas em Acórdãos do TCU em 2016, observadas pelo CBPF em torno dos três eixos de tratamento a seguir descritos:

- O Acórdão 571/2016 prolatado e remetido pelo TCU ao CBPF pelo Ofício 1182/2016-TCU/SEFIP, de 04/02/2016 determinou que o CBPF submetesse ao TCU, por Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas. Em resposta, o CBPF expediu o Ofício nº 09/2016/CBPF/MCTI, de 02/03/2016, informando ao TCU que foram inseridos novos atos no Sisac, livre das falhas apontadas.

- No Ofício 1791/2016-TCU/SECEX-RJ, o TCU informou sobre a apreciação da prestação de contas do CBPF referente ao exercício financeiro de 2014 pelo Acórdão 7.422/2016-TCU- 2ª Câmara. Julgando-se as contas regulares, deu-se quitação plena aos respectivos responsáveis. Além disso, o Acórdão deu ciência ao CBPF que o rol de responsáveis foi atualizado e que a concessão de adicional de irradiação ionizante para servidores que não estejam efetivamente expostos a essa condição insalubre afronta o ordenamento jurídico. Um ofício-resposta foi providenciado pelo CBPF em agosto de 2016 e, por razão desconhecida da organização interna da UPC, aparentemente o documento não chegou a ser remetido ao TCU. Sua reedição e efetiva remessa foram realizadas em 09/02/2017. Pelo texto do ofício-resposta, o CBPF confirmou a tomada de ciência do acórdão 7.422/2016-TCU-2ª Câmara, bem como apresentou, em dois anexos, a documentação demandada – rol de responsáveis de 2015 e comprovação do fundamento ao pagamento do adicional de irradiação ionizante para todos os servidores ativos do CBPF.

- Por meio do Ofício 2586/2016-TCU/SECEX-RJ, de 24/8/2016, o TCU solicitou informações ao CBPF, com ênfase sobre a área de tecnologia da informação e comunicação da Unidade. O Ofício CBPF/DIR/110/2016, protocolado na SECEX-RJ em 30/09/2016, ofereceu a respectiva resposta ao TCU.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Ao longo de 2017, o CBPF manteve um fluxo de comunicação regular com a Controladoria-Geral da União (CGU), órgão que continua realizando o controle interno da UPC apesar da perda de seu caráter autônomo com a reforma ministerial realizada no mesmo ano, que incorporou a CGU ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

Observando que as recomendações e seus prazos de cumprimentos constam no Plano de Providências Permanente - PPP, elaborado pela CGU, disponível *online*, esta UPC mantém o monitoramento regular do Sistema Monitor para responder às possíveis manifestações de cumprimentos às leis, normas e recomendações a serem adotadas, como os seguintes informes de atendimentos das Recomendações 201203679, 201503486 e 201412709, em análise:

Recomendação 201203679: "Estabelecer, formalmente, procedimento ou rotina a ser observada para recebimento de bens e materiais de informática adquiridos, incluindo a conferência, ainda que por amostragem, das especificações dos produtos e bens entregues, que devem ser compatíveis com as exigências do edital da licitação de origem para que sejam aceitos.
Providência adotada: Emissão de portaria: Nº 10 de 15 de fevereiro de 2017, para recebimento de materiais de informática. (anexo no Sistema Monitor da CGU).
Recomendação 201503486: "Que o CBPF avalie junto ao MCTIC a revisão dos indicadores do TCG considerando a possível inclusão, alteração, exclusão ou modificação dos indicadores nele contemplados. Além disso, considerar a revisão dos pesos dos indicadores no TCG, refletindo o real nível de gerenciamento do CBPF sobre eles. Considerar também, a inclusão do objetivo de cada indicador e qual a sua função (efetividade, eficiência, eficácia, produtividade, etc)."
Providência adotada: O texto do TCG firmado pelo CBPF e o MCTIC para o período de 2017, já figura com alterações relevantes nos indicadores: OCC – Orçamento de custeio e Capital e VOE – Valores de Custeio e Capital Efetivamente Empenhados que tiveram suas definições alteradas. Deixaram de ser exigidas somente despesas liquidadas. Porém, ainda estão sendo estudado novos indicadores e exclusões dos índices, sobre os quais, a instituição não tem poder de gerenciamento. Serão revistos os pesos dos indicadores conforme o grau de relevância e missão institucional. Já foram incluídos os objetivos de cada indicador. Espera-se, no TCG para 2018, cumprirem-se as outras recomendações. Quanto ao Estudo Aprofundado visando à Reformulação dos Indicadores: devido à séria crise que atingiu todas as instituições federais com grave contingenciamento orçamentário, a qual exigiu a atenção total da alta gestão do CBPF, visando a garantir que a instituição não interrompesse suas atividades; à redução do número de servidores dedicados a esta atividade (uma das analistas em C&T se licenciou); e, prioritariamente, à ausência de orientações e diretrizes por parte do MCTIC, o estudo ainda não foi concluído.
Entretanto, foi elaborado o "Manual sobre fontes, formas de apuração e finalidades dos indicadores do TCG" e um formulário padrão, com base no ano de 2015, que servirá para o preenchimento dos dados financeiros/orçamentários do relatório do TCG nos próximos anos.
Recomendação 201412709:" Que a administração do NIT-Rio(CBPF) revise periodicamente as patentes de modo a identificar aquelas com real potencial de exploração comercial, e defina o período ideal para a reavaliação das necessidades de manutenção das patentes depositadas no INPI, cancelando as demais".
Providências Adotadas: Atualmente, as patentes são revisadas anualmente a fim de identificarmos o potencial de exploração comercial com transferência de know-how. Esta ação do NIT-Rio visa estimular e buscar a constituição de projetos de cooperação envolvendo empresa e a Instituição. Esse estudo era para ser feito, pelo menos, de três em três anos, porém, face ao constante contingenciamento de recursos, a frequência se torna inviável. Além desse problema, em função do atraso no fluxo processual interno do INPI, estimado em oito anos, estabelecer o período de reavaliação dos ativos fica muito difícil.

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Embora não formalizada uma estrutura na UPC com a função de um Sistema de Correição da Unidade, comissões são instituídas quando necessário para resolver os casos surgidos. Em relação a 2017, não há ocorrência para atividades de correição e/ou apuração de ilícitos administrativos.

8.4 Demonstração de conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

As obrigações assumidas pela unidade são cumpridas da seguinte maneira: para contratos relativos a terceirização, energia elétrica, gás e água, o pagamento é realizado mensalmente através de fatura.
Para compras, o pagamento é realizado imediatamente após a entrega e a conferência do material. Desse modo, atende o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, segundo o qual a unidade deve obedecer a estrita ordem cronológica das datas das exigibilidades das obrigações contratuais que assume.

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A UPC não possui contratos firmados vigentes revisados com benefícios à desoneração de folha de pagamento.

8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

A UPC não realizou ações de publicidade e propaganda no exercício.

9 Outros itens de informação

9.1 ROL DE RESPONSÁVEIS

ROL DE RESPONSÁVEIS EXERCÍCIO DE 2017		
ÓRGÃO	**24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**	
UG	**240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF**	
GESTÃO	**00001 - TESOURO NACIONAL**	
EXERCÍCIO	**2017**	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	100 - ORDENADOR DA DESPESA - 902 - MEMBRO DE DIRETORIA	
CPF AGENTE:	[redacted] **RONALD CINTRA SHELLARD**	
TIPO:	DIRETOR TITULAR	
CARGO	ORDENADOR DE DESPESA	
ENDEREÇO:	[redacted]	
CEP:	[redacted]	
E-MAIL:	shellard@cbpf.br	
DESIGNAÇÃO:	PO 1.643/2015	
DATA PUBL.DOU:	08/dez/15	
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**	
PERÍODO DE GESTÃO:	02/01/2017 A 10/04/2017	11/10/2018 A 13/10/2017
	12/04/2017 A 16/04/2017	24/10/2017 A 24/10/2017
	07/05/2017 A 04/06/2017	27/10/2017 A 13/11/2017
	13/06/2017 A 27/06/2017	22/11/2017 A 24/11/2017
	02/07/2017 A 28/08/2017	01/12/2017 A 02/12/2017
	04/09/2017 A 12/09/2017	24/12/2017 A 31/12/2017
	15/09/2017 A 26/09/2017	
	29/09/2017 A 09/10/2017	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	100 - ORDENADOR DA DESPESA - 902 - MEMBRO DE DIRETORIA	
TIPO:	DIRETOR SUBSTITUTO	
CPF AGENTE:	[redacted] **MÁRCIO PORTES DE ALBUQUERQUE**	
CARGO:	DIRETOR SUBSTITUTO	
ENDEREÇO:	[redacted]	
CEP:	[redacted]	
E-MAIL:	mpa@cbpf.br	
DESIGNAÇÃO:	PO 15/2016	
DATA PUBL.DOU:	08/jan/16	
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**	
PERÍODO DE GESTÃO:	11/04/2017	
	17/04/2017 A 06/05/2017	10/10/2017
	05/06/2017 A 12/06/2017	14/10/2017 A 23/10/2017
	28/06/2017 A 01/07/2017	25/10/2017 A 26/10/2017
	29/08/2017 A 03/09/2017	14/11/2017 A 21/11/2017
	13/09/2017 A 14/09/2017	25/11/2017 A 30/11/2017
	27/09/2017 A 28/09/2017	04/12/2017 A 23/12/2017

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DEPSESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	TITULAR
CPF AGENTE:	[redacted] **FRANCISCO ROBERTO LEONARDO**
CARGO:	CHEFE DA COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO - COADM
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	frl@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 652/2000
DATA PUBL.DOU:	12/set/00
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	02/01/2017 A 29/01/2017 19/02/2017 A 11/07/2017 01/08/2018 A 20/11/2017 24/11/2017 A 31/12/2017 24/11/2017 A 31/12/2017
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DEPSESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	SUBSTITUTO
CPF AGENTE:	[redacted] **ALEXANDRE SILVA DA COSTA**
CARGO:	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO - COADM
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	alxcosta@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 025/2013
DATA PUBL.DOU:	17/abr/13
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	**30/01/2017 A 18/02/2017** **12/07/2017 A 31/07/2017** **21/11/2017 A 23/11/2017**
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	TITULAR
CPF AGENTE:	[redacted] **IVAN DOS SANTOS OLIVEIRA JÚNIOR**
CARGO:	CHEFE DA COORDENAÇÃO MATÉRIA CONDENSADA E FÍSICA APLICADA E NANOCIÊNCIAS - COMAN
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	ivan@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 922/17
DATA PUBL.DOU:	24/fev/17
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	24/02/2017 A 22/03/2017 24/03/2017 A 31/05/2017 21/06/2017 A 10/12/2017 31/dez/17

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	TITULAR
CPF AGENTE:	[redacted] **RUBEM LUIS SOMMER**
CARGO:	CHEFE DA COORDENAÇÃO DE MATÉRIA CONDENSADA, FÍSICA APLICADA E NANOCIÊNCIAS - COMAN
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	sommer@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 222/2013
DATA PUBL.DOU:	07/03/2013
EXONERAÇÃO:	PO 921- 24/02/17
PERÍODO DE GESTÃO:	02/01/2017 A 23/02/2017
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	SUBSTITUTO
CPF AGENTE:	[redacted] **FLÁVIO GARCIA**
CARGO:	COORDENAÇÃO MATÉRIA CONDENSADA E FÍSICA APLICADA E NANOCIÊNCIAS - COMAN
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	fgarcia@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 14/2017
DATA PUBL.DOU:	16/mar/17
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	**23/mar/17**
	01/06/2017 A 20/06/2017
	11/12/2017 A 30/12/2017
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	SUBSTITUTO
CPF AGENTE:	[redacted] **MAGDA BITTENCOURT FONTES**
CARGO:	COORDENAÇÃO DE MATÉRIA CONDENSADA, FÍSICA APLICADA E NANOCIÊNCIAS - COMAN
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	magda@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 75/2013
DATA PUBL.DOU:	26/09/2013
EXONERAÇÃO:	PO 14 - 16/03/2017
PERÍODO DE GESTÃO:	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	TITULAR
CPF AGENTE:	[redacted] **MÁRCIO PORTES DE ALBUQUERQUE**
CARGO:	CHEFE DA COORDENAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS - COINS
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	mpa@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 5.344/2016
DATA PUBL.DOU:	24/11/2016
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	02/01/2017 A 07/04/2017
	09/04/2017 A 22/04/2017
	23/04/2017 A 31/12/2017

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	SUBSTITUTO
CPF AGENTE:	[redacted] **NILTON ALVES JUNIOR**
CARGO:	COORDENAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS - COINS
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	naj@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 31/2016
DATA PUBL.DOU:	08/dez/16
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	10/04/2017 A 21/04/2017
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	TITULAR
CPF AGENTE:	[redacted] **FERNANDO DANTAS NOBRE**
CARGO:	CHEFE DA COORDENAÇÃO DE FÍSICA TEÓRICA - COTEO
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	fdnobre@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 4.235/17
DATA PUBL.DOU:	14/AGO/2017
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	**02/01/2017 A 31/07/2017** **21/08/2018 A 31/12/2017**
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	SUBSTITUTO
CPF AGENTE:	[redacted] **IVANO DAMIÃO SOARES**
CARGO:	COORDENAÇÃO FÍSICA TEÓRICA - COTEO
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	ivano@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 30/2017
DATA PUBL.DOU:	21/ago/17
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	TITULAR
CPF AGENTE:	[redacted] **EVALDO MENDONÇA FLEURY CURADO**
CARGO:	CHEFE DA COORDENAÇÃO DE FÍSICA TEÓRICA - COTEO
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	evaldo@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 526/13
DATA PUBL.DOU:	13/jun/13
EXONERAÇÃO:	14/ago/17
PERÍODO DE GESTÃO:	

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	SUBSTITUTO
CPF AGENTE:	[redacted] **FRANCESCO TOPPAN**
CARGO:	COORDENAÇÃO DE FÍSICA TEÓRICA - COTEO
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	toppan@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 01/14
DATA PUBL.DOU:	09/jan/14
EXONERAÇÃO:	PO 30 - 21/08/2017
PERÍODO DE GESTÃO:	**01/08/2017 A 20/08/2017**
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	TITULAR
CPF AGENTE:	[redacted] **NELSON PINTO NETO**
CARGO:	CHEFE DA COORDENAÇÃO DE COSMOLOGIA, ASTROFÍSICA E INTERAÇÕES FUNDAMENTAIS - COSMO
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	nelsonpn@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 447/17
DATA PUBL.DOU:	30/jan/2017
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	02/01/2017 A 29/01/2017 19/02/2017 A 05/04/2017 15/04/2017 A 08/07/2017 22/07/2017 A 25/10/2017 15/11/2017 A 31/12/2017
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	SUBSTITUTO
CPF AGENTE:	[redacted] **MARTÍN MAKLER**
CARGO:	COORDENAÇÃO DE COSMOLOGIA, ASTROFÍSICA E INTERAÇÕES FUNDAMENTAIS - COSMO
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	martin@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 64/2013
DATA PUBL.DOU:	24/07/2013
EXONERAÇÃO:	PO 15 - 16/mar/2017
PERÍODO DE GESTÃO:	30/01/2017 A 18/02/2017
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	SUBSTITUTO
CPF AGENTE:	[redacted] **SÉRGIO JOSÉ BARBOSA DUARTE**
CARGO:	CHEFE DA COORDENAÇÃO COSMOLOGIA, ASTROFÍSICA E INTERAÇÕES FUNDAMENTAIS - COSMO
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	sbd@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 13/2017
DATA PUBL.DOU:	14/03/2017
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	06/04/2017 A 14/04/2017 09/07/2017 A 21/07/2017 26/10/2017 A 14/11/2017

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	TITULAR
CPF AGENTE:	[redacted] **GILVAN AUGUSTO ALVES**
CARGO:	CHEFE DA COORDENAÇÃO DE FÍSICA DE ALTAS ENERGIAS - COHEP
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	gilvan@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 4.190/2017
DATA PUBL.DOU:	28/07/2017
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	28/07/2017 A 31/12/2017
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DEPSESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	TITULAR
CPF AGENTE:	[redacted] **IGNACIO ALFONSO DE BEDIAGA E HICKMAN**
CARGO:	CHEFE DA COORDENAÇÃO DE ALTAS ENERGIAS - COHEP
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	bediaga@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 530/2013
DATA PUBL.DOU:	13/jun/13
EXONERAÇÃO:	PO 4.189 - 28/jul/2017
PERÍODO DE GESTÃO:	01/01/2017 21/04/2017 06/05/2017 A 27/07/2017
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	SUBSTITUTO
CPF AGENTE:	[redacted] **ANDRÉ MASSAFFERRI RODRIGUES**
CARGO:	COORDENAÇÃO DE FÍSICA DE ALTAS ENERGIAS - COHEP
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	massafferri@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 16/2016
DATA PUBL.DOU:	25/ago/2016
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERIODO DE GESTÃO:	22/04/2017 A 05/05/2017
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	TITULAR
CPF AGENTE:	[redacted] **JOÃO PAULO SINNECKER**
CARGO:	CHEFE DA COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO CIENTÍFICA - COEDU
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	sinnecker@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 395/2016
DATA PUBL.DOU:	16/mai/16
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	**22/01/2017 A 09/07/2017** **30/07/2017 A 31/12/2017**

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	SUBSTITUTO
CPF AGENTE:	[redacted] **ROBERTO SILVA SARTHOUR JÚNIOR**
CARGO:	COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO CIENTÍFICA - COEDU
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	sarthour@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 31/2017
DATA PUBL.DOU:	21/ago/17
EXONERAÇÃO	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	**-**

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	SUBSTITUTO
CPF AGENTE:	[redacted] **FERNANDO DANTAS NOBRE**
CARGO:	COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO CIENTÍFICA - COEDU
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	fdnobre@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 12/2016
DATA PUBL.DOU:	13/mai/2016
EXONERAÇÃO	PO 31 - 21/08/2017
PERÍODO DE GESTÃO:	**02/02/2017 A 21/01/2017** **10/07/2017 A 29/07/2017**

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	TITULAR
CPF AGENTE:	[redacted] **MARCELO PORTES DE ALBUQUERQUE**
CARGO:	CHEFE DA COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - COTEC
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	marcelo@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 923/2017
DATA PUBL.DOU:	24/fev/17
EXONEREAÇÃO	**EM VIGOR**
DATA PUBL.DOU:	24/nov/16
PERÍODO DE GESTÃO:	02/01/2017 A 15/01/2017 05/02/2017 A 02/07/2017 23/07/2017 A 31/12/2017 25/02/2017 A 31/12/2017

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	103 - ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA
TIPO:	SUBSTITUTO
CPF AGENTE:	[redacted] **MARITA CAMPOS MAESTRELLI**
CARGO:	COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - COTEC
ENDEREÇO:	[redacted]
CEP:	[redacted]
E-MAIL:	marita@cbpf.br
DESIGNAÇÃO:	PO 07/2017
DATA PUBL.DOU:	02/fev/17
EXONERAÇÃO:	**EM VIGOR**
PERÍODO DE GESTÃO:	**02/02/2017 A 04/02/2017** **03/07/2017 A 22/07/2017**

9.2 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

9.2.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

Quadro – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV
DECLARAÇÃO Eu, EDUARDO DUARTE DE MENDONÇA, CPF n°769.667.557-53, **Chefe do Setor de MATERIAL E PATRIMÔNIO**, exercido no CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Brasília, 27 JANEIRO de 2018. **EDUARDO DUARTE DE MENDONÇA** **769.667.557-53** **Chefe de Serviço de Material e Patrimônio** **CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS – CBPF/MCTIC**

9.3 Declaração de integridade e completude nos registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

Quadro – Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no SISAC

DECLARAÇÃO
Declaro junto ao órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS estão devidamente registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac para fins de registro de junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução normativa TCU 55/2017. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2018 **MARCIA CRISTINA FERREIRA AGUIAR** **517.814.927-00** **Chefe do Serviço de Gestão de Pessoas - PO/MCTI 345/2013** **CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF/MCTI**

9.4 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

Quadro – Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS obrigados pela Lei 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens renda junto a este Serviço de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2018

MARCIA CRISTINA FERREIRA AGUIAR
517.814.927-00
Chefe do Serviço de Gestão de Pessoas - PO/MCTI 345/2013
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF/MCTI

9.5 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Modelo 1 - Declaração de integridade das informações sobre o PPA no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, cuja responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 27 DE JANEIRO DE 2018

RONALD CINTRA SHELLARD
521.231.858-15
DIRETOR
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF/MCTI

Obs: No ano de 2017, por determinação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, as informações sobre o Monitoramento da LOA - referentes à Ação e aos Planos Orçamentários do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF foram encaminhadas à Coordenação das Unidades de Pesquisa (COUPE), vinculada à Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais (DPO) do MCTIC, que se responsabilizou pelo seu lançamento no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

9.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Quadro – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF			240120
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	**RIO DE JANEIRO**	**Data**	**27 DE JANEIRO DE 2018**
Contador Responsável	**RAIMUNDO NONATO DE AMARANTE MOURA**	**CRC nº**	**RJ-082121/O-6**

9.7 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Quadro – Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF			240120
Em cumprimento à IN STN 06, de 31 de outubro de 2007, com base nos princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, tabelas de evento, plano de contas e conformidade dos registros de gestão, certificado do registro dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira, patrimonial e da existência dos documentos hábeis que comprovam as operações, declaro que o CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS, através da sua Setorial de Contabilidade de UG, executa o Registro de Conformidade Contábil em certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo SIAFI, decorrente da execução orçamentária, financeira e patrimonial, com observância da aplicabilidade "Sem Restrição" em todos os meses do exercício de 2017, por não apresentar no 'CONDESAUD" intolerável ou permanente registro de inconsistência ou desequilíbrio de suas contas espelhado na atividade fim do órgão feitos nos registros de gestão diário.			
Local	**RIO DE JANEIRO**	**Data**	**26 DE JANEIRO DE 2018**
Contador Responsável	**RAIMUNDO NONATO DE AMARANTE MOURA**	**CRC nº**	**RJ-082121/O-6**